

ESTUDO

**RETRATOS
SOCIAIS DF 2021
CRIANÇAS**

RETRATOS SOCIAIS DF 2021

Perfil sociodemográfico das crianças no Distrito Federal

Brasília-DF, outubro de 2023

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Ibaneis Rocha
Governador

Celina Leão
Vice-Governadora

**SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E
ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL - SEPLAD**

Ney Ferraz Júnior
Secretário

**INSTITUTO DE PESQUISA E ESTATÍSTICA
DO DISTRITO FEDERAL - IPEDF Codeplan**

Manoel Clementino Barros Neto
Diretor-Presidente

Leandro Nonato Mota
Diretor de Administração Geral

Renata Florentino de Faria Santos
Diretora de Estudos e Políticas Ambientais e Territoriais

Marcela Machado
Diretora de Estudos e Políticas Sociais

Dea Guerra Fioravante
Diretora de Estatística e Pesquisas Socioeconômicas

Sônia Gontijo Chagas Gonzaga
Diretora de Estratégia e Qualidade

EQUIPE RESPONSÁVEL

DIRETORIA DE ESTUDOS E POLÍTICAS SOCIAIS - DIPOS

- Marcela Machado - Diretora

Coordenação de Estudos de Avaliação de Políticas Sociais - COAPS/DIPOS

- Júlia Modesto Pinheiro Dias Pereira - Coordenadora (até abril/2023)
- Francisca de Fátima de Araújo Lucena - Coordenadora (a partir de abril/2023)

Supervisão da pesquisa

- Marcela Machado
- Júlia Modesto Pinheiro Dias Pereira - Coordenadora (até abril/2023)

Participação na pesquisa

- Júlia Modesto Pinheiro Dias Pereira - Coordenadora (até abril/2023)
- Juliana Estanislau Caçado - Coordenadora
- Maria Salete Alves Queiroz - Pesquisadora
- Natália Teixeira Lopes - Estagiária (até maio/2023)

Redação

- Maria Salete Alves Queiroz - Pesquisadora

Revisão e copidesque

Juliana Estanislau Caçado - Coordenadora de Estudos e Pesquisas Quantitativos de Políticas Sociais - COPAQ/DIPOS

Editoração Eletrônica

Maurício Suda - Ascom

APRESENTAÇÃO

Este estudo integra um conjunto de análises temáticas, elaboradas por iniciativa da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (DIPOS) do Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal (IPEDF Codeplan). A série Retratos Sociais DF 2021 apresenta análises sociodemográficas e socioeconômicas de segmentos específicos da população a partir de dados da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios de 2021 (PDAD 2021), priorizando a desagregação territorial e salientando heterogeneidades identificadas. A série Retratos Sociais teve início com a PDAD 2018 e, portanto, está na sua segunda edição.

O objetivo deste estudo é fornecer informações sobre a população de crianças aos gestores públicos de políticas sociais, pesquisadores e instituições interessadas em políticas sociais no Distrito Federal. Além deste estudo, que analisa o perfil sociodemográfico de crianças e questões relativas à educação, saúde e insegurança alimentar dessa população, estudos sobre os seguintes segmentos/temas também integram a série: i) jovens; ii) mulheres; iii) pessoas idosas; iv) pessoas com deficiência; v) pessoas negras e vi) pessoas LGBTQIA+.

A PDAD, fonte dos dados dessas análises, é uma pesquisa domiciliar de periodicidade bianual, realizada pela Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan), agora IPEDF Codeplan. Seus dados são especialmente relevantes para subsidiar políticas públicas distritais, porque identificam heterogeneidades dentro do território do Distrito Federal. Diferentemente de bases sociodemográficas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a PDAD tem representatividade para as 33 Regiões Administrativas do Distrito Federal. Assim, a análise dessa pesquisa é fonte singular para a sinalização de prioridades para políticas públicas voltadas à redução de desigualdades no âmbito do Distrito Federal.

A PDAD 2021, como de costume, investigou aspectos demográficos, de migração, condições sociais e econômicas, situações de trabalho e renda, características do domicílio, condições de infraestrutura urbana, entre outras informações, de modo a oferecer um amplo e circunscrito diagnóstico da situação atual do Distrito Federal. Essa edição da pesquisa contou com algumas inovações em relação às edições anteriores, como as perguntas inéditas sobre orientação sexual e identidade de gênero, a inserção da categoria “prestação de serviços por aplicativo” entre os tipos de atividades de trabalho principal e a captação de mercado de trabalho informal.

A elaboração de todos os sete estudos da Série Retratos Sociais 2021 seguiu procedimentos metodológicos similares, detalhados em seção específica no documento. Os aspectos metodológicos particulares a este estudo sobre crianças também estão reportados, tornando possível ao(à) leitor(a) identificar facilmente quais são as especificidades metodológicas de cada temática e, ainda, quais são as similaridades entre elas.

RESUMO

Este estudo tem como objetivo apresentar, além da descrição do perfil sociodemográfico das crianças do Distrito Federal (DF), resultados e análises relativos à saúde, à educação, à conectividade, às características de domicílios com crianças e às vulnerabilidades às quais esse grupo populacional está sujeito. No Distrito Federal, as crianças correspondem a 15,5% da população total. Entre elas, 71,7% não apresentam plano de saúde, proporção que apresenta grande variabilidade entre as Regiões Administrativas e estratos socioeconômicos do Critério Brasil. No que se refere à educação, 64,5% estavam frequentando instituição de ensino formal (creche ou escola) no momento da pesquisa, sendo que 3,85% estavam com dois ou mais anos de atraso em relação ao seu fluxo escolar regular. Além disso, 72,1% das crianças que estudavam o faziam em instituição de ensino pública e 21,8% estudavam fora da Região Administrativa de seu domicílio. Em relação à conectividade, 98,9% das crianças haviam acessado a internet, pelo menos duas vezes por semana, nos três meses anteriores à pesquisa. Ao analisar o acesso dessa população a espaços de lazer, observou-se que 78,9% das crianças vivem em domicílios próximos a parques, praças, espaços culturais públicos, quadras ou academias comunitárias. 5,14% das crianças residentes no Distrito Federal estão em situação de insegurança alimentar moderada e cerca de 6%, em insegurança alimentar grave.

Palavras-chave: crianças; perfil; pandemia de COVID-19; vulnerabilidade.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

RESUMO

1. INTRODUÇÃO	13
2. ASPECTOS METODOLÓGICOS	15
2.1. Procedimentos e conceitos comuns à série Retratos Sociais 2021	15
2.1.1. A Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD)	15
2.1.2. Critério Brasil para nível de renda	15
2.2. Procedimentos e conceitos específicos do estudo	16
2.2.1. Grupos etários	16
2.2.2. Respondente da pesquisa	16
2.2.3. Composições familiares tendo a(s) criança(s) como referência	17
3. RESULTADOS	18
3.1. Perfil sociodemográfico	18
3.1.1. Volume de crianças, distribuição por grupo etário e por renda domiciliar média	18
3.1.2. Distribuição das crianças por sexo de nascimento e raça/cor	19
3.1.3. Crianças com deficiência	20
3.1.4. Arranjos domiciliares em que vivem as crianças	20
3.1.5. Composição familiar	21
3.2. Saúde	23
3.2.1. Plano de Saúde	23
3.2.2. Atendimento: serviço e motivo na última vez que procurou atendimento	24
3.3. Educação	27
3.3.1. Frequência em instituição formal de ensino (creche e escola)	27
3.3.2. Distorção idade-série	30
3.3.3. Dependência administrativa da instituição (creche e escola)	30
3.3.4. Modalidade de ensino	32
3.3.5. Ensino integral	33
3.3.6. Localidade da instituição de ensino	34
3.3.7. Meio de transporte	35
3.3.8. Cursos em andamento	37
3.4. Conectividade	38
3.5. Domicílios com crianças	40
3.5.1. Situação do domicílio	40
3.5.2. Densidade por cômodo	41
3.5.3. Esgotamento, coleta e água própria para consumo	41
3.5.4. Acesso a espaços de lazer	42
3.6. Insegurança alimentar	43
4. DISCUSSÃO	45
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	49

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	51
APÊNDICE.....	53
Apêndice A - Tabela 1 - Número e Proporção de crianças negras e não negras por Região Administrativa. Distrito Federal, 2021	53
Apêndice B - Tabela 2 - Número e proporção de crianças com e sem acesso a plano de saúde por Região Administrativa. Distrito Federal, 2021	54
Apêndice C - Tabela 3 - Número e proporção de crianças por localidade do último atendimento em serviço de saúde, por Região Administrativa. Distrito Federal, 2021	55
Apêndice D - Tabela 4 - Número e proporção de crianças que frequentam instituição de ensino formal (creche ou escola) por grupo etário e Região Administrativa. Distrito Federal, 2021	56
Apêndice E - Tabela 5 - Número e proporção de crianças que frequentam instituição de ensino formal (creche ou escola) por localidade onde frequentam e Região Administrativa. Distrito Federal, 2021	57
Apêndice F - Tabela 6 - Distribuição das crianças que estavam estudando na modalidade EaD por formas de acesso à internet, segundo estrato socioeconômico (Critério Brasil). Distrito Federal, 2021.....	58

1. INTRODUÇÃO

A atenção à infância tem se tornado tema recorrente em discussões nacionais e internacionais (BERNARDES, 2010). Por trás delas, está o objetivo principal de incentivar a implementação de políticas públicas que visem a auxiliar crianças em sua integração social e no desenvolvimento de suas potencialidades.

Nesse contexto, este estudo busca apresentar alguns aspectos da população infantil residente no território do Distrito Federal. Mais especificamente, o estudo se propõe a analisar características demográficas e aspectos relativos à saúde, educação e conectividade, infraestrutura domiciliar e urbana e a situação de segurança alimentar e nutricional em que as crianças se encontram, tendo como objetivo produzir evidências para subsidiar políticas públicas voltadas a esse grupo específico.

Para as análises, adotou-se o recorte etário de 0 a 11 anos, conforme previsão legal do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990)¹ – que define como criança a pessoa de até 12 anos de idade incompletos. De forma a captar as especificidades das diferentes etapas de ensino, o agrupamento de crianças por faixa etária seguiu dois critérios. O primeiro é sociodemográfico e subdivide as crianças em dois grupos etários: 0 a 6 anos e 7 a 11 anos. O segundo agrupamento é feito para as análises de escolaridade e conectividade e subdivide as crianças em três grupos etários, que correspondem às idades apropriadas para frequentar creche (0 a 3 anos), pré-escola (4 e 5 anos) e parte do ensino fundamental (6 a 11 anos).

De acordo com a PDAD 2021, as crianças representam cerca de 15,5% da população total do Distrito Federal. Um estudo específico sobre esse grupo é importante, não apenas por conta de sua participação na população, mas também devido às suas particularidades e ao impacto que intervenções realizadas durante a infância tem sobre todo o ciclo de vida de uma pessoa e também para a sociedade como um todo.

Young (2008), por exemplo, destaca que o cuidado à infância tende a ter um impacto decisivo e duradouro na capacidade de aprender e regular emoções, sendo que o investimento direcionado a crianças de 0 a 6 anos de idade tende a ter um impacto ainda maior do que o realizado em idades posteriores. Rossetti-Ferreira, Ramon e Silva (2002) também destacam que o investimento no desenvolvimento infantil abre “janelas de oportunidade” para as crianças no futuro. Investir desde cedo na infância possibilita que esses indivíduos, futuramente, se insiram de forma satisfatória no mercado de trabalho, considerando a formação de seu potencial que ocorreu durante os primeiros anos da vida.

Nesse sentido, se a infância não for aproveitada, as possibilidades de desenvolvimento serão prejudicadas (ROSSETTI-FERREIRA, RAMON e SILVA, 2002). Diante disso, um aspecto de especial importância para este estudo é a questão do aprendizado das crianças no período da pandemia. Entre 2020 e 2021, a pandemia de COVID-19 mudou drasticamente e de forma generalizada o comportamento das pessoas, com prejuízos para a saúde, economia e, também, para a educação (CAMACHO *et al.*, 2020).

No Brasil, o processo de ensino e aprendizado foi especialmente afetado pelas decisões tomadas a partir da Portaria nº 343, de 17 de março de 2020, do Ministério da

¹ BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 19 out. 2022.

Educação (MEC).² Essa portaria visou à substituição das disciplinas presenciais por aulas que utilizassem meios e tecnologias de informação e comunicação. Como destacado por Vidigal (2021), a interrupção das atividades presenciais nas escolas não só afetou a aprendizagem das crianças como também ampliou as desigualdades educacionais, visto que, diferentemente do que ocorreu nas escolas particulares, a escassez de políticas públicas que garantissem a conectividade das crianças, dos responsáveis e dos professores dificultou a implementação adequada das atividades remotas em uma parcela considerável das escolas públicas. Tendo em vista esse contexto, este estudo busca investigar, além da frequência das crianças à escola no Distrito Federal, o seu acesso a meios e tecnologias de informação e comunicação, visto que conectividade passou a ser um fator essencial para o acesso à educação nesse período.

As informações captadas pela PDAD permitem a construção de um retrato da população infantil residente no Distrito Federal. O levantamento e a análise das principais características sociodemográficas desse grupo populacional permitem identificar demandas e necessidades e desigualdades existentes no território, o que é fundamental para subsidiar políticas públicas distritais voltadas à garantia dos direitos dessa população e à promoção de seu pleno desenvolvimento.

Além desta introdução, este estudo está dividido em outras quatro seções, sendo elas: i) Aspectos metodológicos, que delimitam as escolhas de análise realizadas; ii) Resultados das análises sobre perfil sociodemográfico, saúde, educação, conectividade, características de domicílios com crianças e situação de segurança alimentar; iii) Discussão dos dados com base na literatura pertinente; e iv) Considerações finais, que sumarizam os resultados e apontam implicações para políticas públicas.

² BRASIL. Portaria nº 343, de 17 de março de 2020. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19. D.O.U 18/03/2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-343-de-17-de-marco-de-2020-248564376>. Acesso em: 1 dez. 2020.

2. ASPECTOS METODOLÓGICOS

2.1. Procedimentos e conceitos comuns à série Retratos Sociais 2021

2.1.1. A Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD)

Os dados utilizados neste estudo foram extraídos da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD) realizada em 2021. A PDAD é realizada com periodicidade bianual pela Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan), agora Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal (IPEDF).

A PDAD permite traçar o perfil socioeconômico da população-alvo para as 33 Regiões Administrativas do Distrito Federal. Isto é, a pesquisa abrange aspectos demográficos, migratórios, condições sociais e econômicas, acesso à educação, situações de trabalho e renda e inclui, também, condições de moradia e acesso à infraestrutura urbana. Como inovação em relação à edição de 2018, a pesquisa contou com perguntas de identidade de gênero e orientação sexual, incluiu entre os tipos de atividades ocupacionais a “prestação de serviços por aplicativo” e reestruturou a captação de informações sobre formalização no mercado de trabalho.

Em 2021, a pesquisa contou com uma amostra de 30.888 domicílios localizados em áreas urbanas e áreas rurais com características urbanas do Distrito Federal. Além de coletar informações relativas aos domicílios, a pesquisa levantou informações de perfil socioeconômico de 83.481 moradores. Essa amostra representa 3.010.881 moradores e 936.812 domicílios do DF. Na edição de 2018, a PDAD coletou informações de 69.654 pessoas residentes em 21.908 domicílios do Distrito Federal, o que representa 2.881.854 moradores e 883.437 domicílios.

2.1.2. Critério Brasil para nível de renda

Diferentemente da série Retratos Sociais DF 2018, as análises dos dados da PDAD 2021 por nível de renda usam a classificação do Critério Brasil. O Critério Brasil é um classificador para a estratificação socioeconômica da sociedade brasileira cuja metodologia é baseada no conceito de renda permanente, que expressa a riqueza do domicílio e seu poder de compra. Esse indicador busca ser multidimensional a fim de captar variações no status socioeconômico de uma família. Além disso, ele busca minimizar problemas com ausência de dados ligada à prestação de informações por parte do respondente (KAMAKURA; MAZZON, 2016).

Na série de estudos anterior, se utilizou o agrupamento de regiões administrativas por nível de renda média. Dessa forma, as regiões administrativas foram classificadas em quatro categorias, sendo elas alta renda, média-alta renda, média-baixa renda e baixa renda. O Critério Brasil classifica o domicílio segundo aspectos socioeconômicos e não o território, o que caracteriza um agrupamento socioeconômico mais homogêneo em cada estrato, dado que dentro de cada região administrativa existem domicílios com diferentes níveis de renda. A tabela abaixo apresenta os estratos socioeconômicos do Critério Brasil e as respectivas médias das rendas domiciliares mensais de acordo com dados da PDAD 2021.

Tabela 1 - Renda domiciliar mensal média segundo estratos socioeconômicos do Critério Brasil. Distrito Federal, 2021

Estrato Socioeconômico	Renda domiciliar mensal média
Classe A	24.878,22
Classe B1	16.549,83
Classe B2	9.906,25
Classe C1	6.058,80
Classe C2	3.026,78
Classe D-E	1.870,50
Total	6.868,13

Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2021
 Elaboração: DIPOS/IPEDF Codeplan

2.2. Procedimentos e conceitos específicos do estudo

2.2.1. Grupos etários

Conforme destacado na introdução, este estudo considera como crianças os indivíduos de 0 a 11 anos de idade. Essa definição segue o previsto na legislação brasileira específica – o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990)³ – que define como criança a pessoa de até 12 anos de idade incompletos.

O agrupamento de crianças por faixa etária segue dois critérios neste estudo. O primeiro é sociodemográfico e subdivide as crianças em dois grupos etários: 0 a 6 anos, e 7 a 11 anos. O segundo agrupamento é feito para as análises de escolaridade e conectividade, e subdivide as crianças em três grupos etários que correspondem às idades apropriadas para frequentar creche, pré-escola e parte do ensino fundamental:

- 0 a 3 anos completos (educação infantil): faixa etária de frequência à creche;
- 4 e 5 anos completos (educação infantil): faixa etária de frequência à pré-escola;
- 6 a 11 anos completos: faixa etária de frequência ao ensino fundamental.

2.2.2. Respondente da pesquisa

A PDAD realiza entrevistas em domicílios sorteados para compor a amostra da pesquisa. Os dados da pesquisa são produzidos por meio da aplicação de um questionário respondido por um informante que tenha capacidade de prestar informações específicas sobre o domicílio e sobre os moradores que nele vivem. Portanto, todas as informações das crianças (0 a 11 anos) utilizadas neste estudo foram informadas pelo morador do domicílio entrevistado e não pela criança.

³ BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 19 out. 2022.

2.2.3. Composições familiares tendo a(s) criança(s) como referência

Entre as informações coletadas pela PDAD, está a condição do morador no domicílio em relação à pessoa responsável pelo domicílio.⁴ A partir dessa informação, para análises sobre organização das famílias, são definidas categorias de arranjos familiares.⁵ Neste estudo, diferentemente das análises usuais de arranjos domiciliares, foram definidas categorias que tem como referência as crianças, assim como foi realizado na publicação sobre a população infantil da série Retratos Sociais de 2018. O intuito é identificar quem são os adultos que estão em volta das crianças, configurando uma possível rede de cuidados.⁶ As categorias utilizadas neste estudo são:

1. **Mãe e pai:** crianças em domicílios com mãe e pai;
2. **Mãe, pai e outros:** crianças em domicílios com mãe, pai e outros;
3. **Mãe, pai, avós e outros:** crianças em domicílios com mãe, pai, avós e outros;
4. **Só mãe:** crianças em domicílios só com mãe, sem nenhum outro integrante familiar no domicílio;
5. **Só mãe e outros:** crianças em domicílios só com mãe e outros;
6. **Só mãe, avós e outros:** crianças em domicílios só com mãe, avós e outros;
7. **Só pai:** crianças em domicílios só com pai, sem nenhum outro integrante familiar no domicílio;
8. **Só pai e outros:** crianças em domicílios só com pai e outros; e
9. **Só pai, avós e outros:** crianças em domicílios só com pai, avós e outros.

⁴ Classificações: Pessoa responsável pelo domicílio; cônjuge; filho(a); genro ou nora; pai, mãe, padrasto ou madrasta; sogro(a); neto(a); bisneto(a); irmã(o); avô ou avó; outro parente; agregado(a); convivente, pensionista; empregado(a) doméstico(a); parente do(a) empregado(a) doméstico(a).

⁵ Os arranjos familiares são observados por meio da relação de todos os membros do domicílio com o responsável pelo domicílio, permitindo, dessa forma, compreender como as famílias se arranjam em cada domicílio.

⁶ Uma diferença entre o conceito de arranjo familiar e a composição familiar é que o primeiro tem como referência a composição das pessoas por domicílios; no segundo, trata-se da composição das pessoas por núcleos familiares. Pode haver mais de um núcleo familiar no mesmo domicílio.

3. RESULTADOS

3.1. Perfil sociodemográfico

3.1.1. Volume de crianças, distribuição por grupo etário e por renda domiciliar média

Segundo a PDAD 2021, residiam no Distrito Federal 465.193 crianças em 2021, o que corresponde a 15,5% da população total (3.010.881). Em números absolutos, Ceilândia e Samambaia são as Regiões Administrativas (RAs) com mais crianças, 53.487 e 43.511, respectivamente; sendo Varjão (1.726) e Fercal (2.025) as RAs⁷ onde se observa um menor número de crianças. Em termos percentuais, Fercal (21,6%) e São Sebastião (19,6%) apresentam a maior proporção de crianças na população. Já Cruzeiro (9,4%) e Plano Piloto (10,6%) são as que apresentam o menor percentual. O Mapa 1 apresenta a proporção de crianças na população por Região Administrativa. É possível observar como há grande variação desse percentual no território.

Mapa 1 - Proporção de crianças na população por Região Administrativa. Distrito Federal, 2021



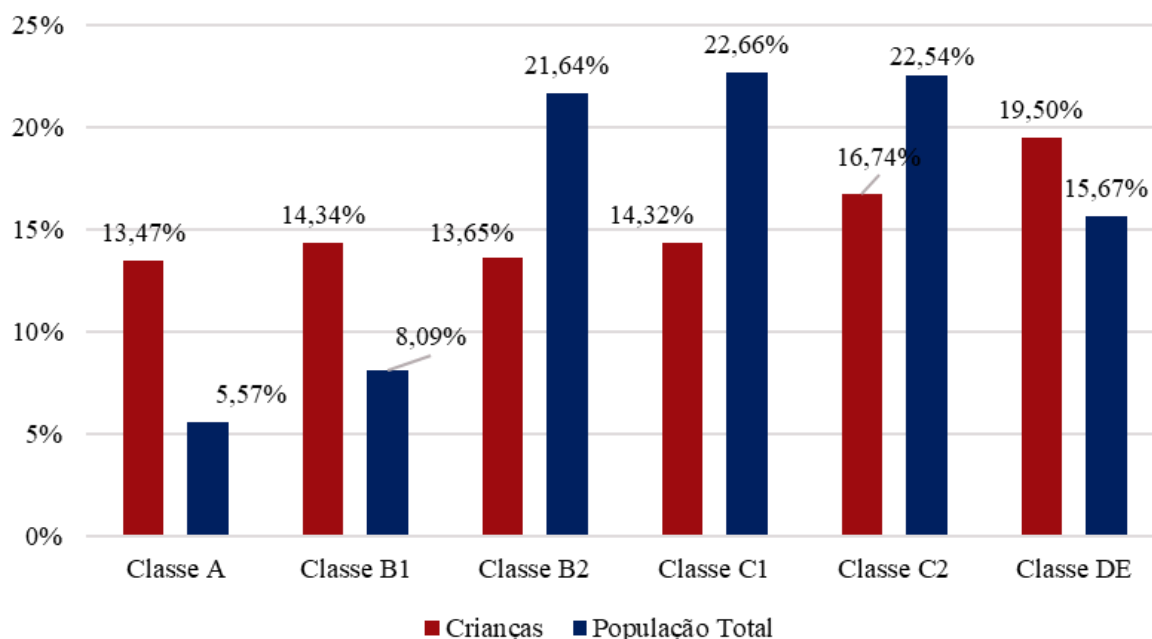
Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2021
 Elaboração: DIPOS/IPEDF Codeplan.

Das crianças residentes no Distrito Federal, 60,8% possuem entre 0 e 6 anos e 39,2%, entre 7 e 11 anos. Nas Regiões Administrativas, se observa uma distribuição por faixa etária muito próxima ao que ocorre no DF como um todo.

⁷ De fato, a Região Administrativa com o menor número de crianças é o Setor de Indústria e Abastecimento (SIA), com 134, contudo, ele é uma RA atípica no DF. Trata-se de uma região que concentra indústrias e galpões de armazenamento possuindo, por sua vez, poucas residências. Assim, em razão do pequeno tamanho amostral do SIA não consideramos essa Região Administrativa na análise.

Em relação à renda domiciliar média, apenas 5,6% das crianças no Distrito Federal pertencem à Classe A, estrato socioeconômico do Critério Brasil de maior renda domiciliar média, e 19,5% estão na Classe D-E, estrato socioeconômico de menor renda domiciliar média. Vale ressaltar que as crianças estão sobre representadas na Classe D-E, uma vez que a proporção de crianças nesse estrato é maior do que se observa na população total (15,7% da população no Distrito Federal pertence à Classe D-E), conforme mostra o Gráfico 1.

Gráfico 1 - Distribuição das crianças e da população total por estrato socioeconômico (Critério Brasil). Distrito Federal, 2021



Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2021
 Elaboração: DIPOS/IPEDF Codeplan.

3.1.2. Distribuição das crianças por sexo de nascimento e raça/cor

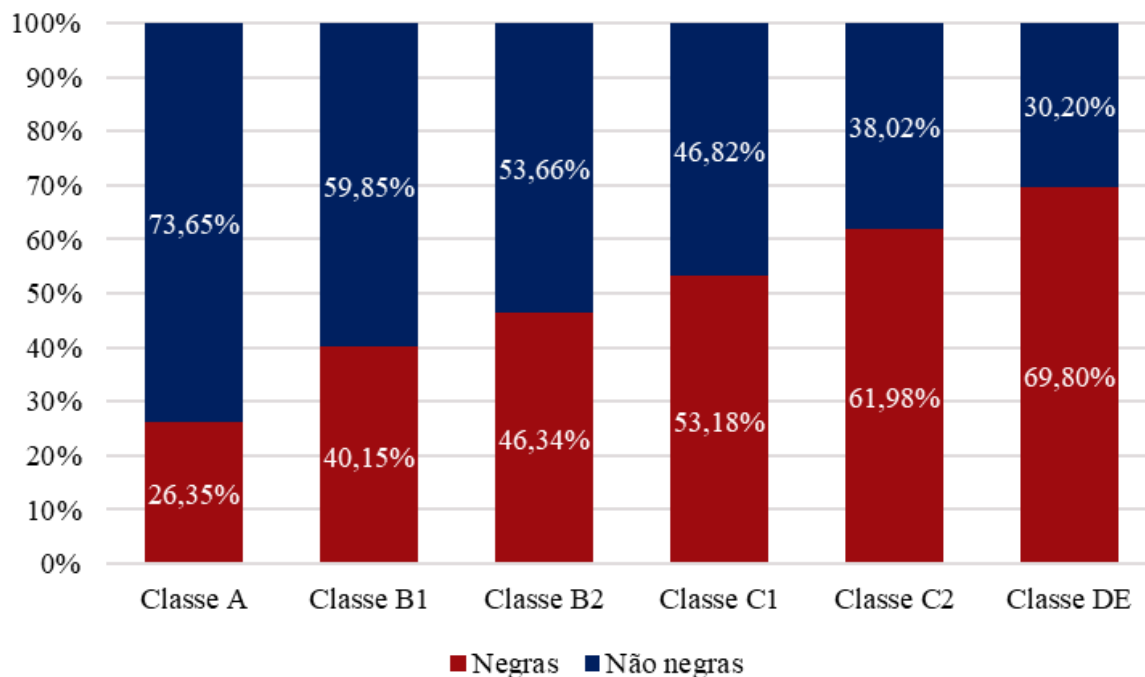
No Distrito Federal, 51,6% das crianças são homens e 48,4%, mulheres. Essa distribuição não apresenta grandes diferenciais por Região Administrativa, por estratos socioeconômicos do Critério Brasil ou por grupos etários.

A distribuição das crianças por raça/cor, por sua vez, apresenta diferenciais expressivos por nível renda (estratos do Critério Brasil) e por RA. No DF como um todo, 55% das crianças são negras. Na Classe D-E, estrato socioeconômico mais baixo do Critério Brasil, 69,8% das crianças são negras. Já na Classe A, esse percentual não chega a 30% (26,4%) (Gráfico 2).

Desagregando a análise por Região Administrativa, observa-se que as RAs com as maiores proporções de crianças negras são: São Sebastião (72,6%), Paranoá (71,7%) e Itapoã (69,3%). Já os menores percentuais foram observados no Lago Sul (26%), Sudoeste/Octogonal (30,5%) e Park Way (34,6%).⁸

⁸ Os resultados para todas as Regiões Administrativas podem ser encontrados no Apêndice A - Tabela 1.

Gráfico 2 - Distribuição das crianças por raça/cor, segundo estrato socioeconômico (Critério Brasil). Distrito Federal, 2021



Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2021
 Elaboração: DIPOS/IPEDF Codeplan.

3.1.3. Crianças com deficiência

No Distrito Federal, 6.383 crianças possuem algum tipo de deficiência, o que representa 1,4% do total de crianças residentes no território. Entre essas crianças, 30,4% apresentam deficiência múltipla, ou seja, tem mais de um tipo de deficiência, e 15,7%, deficiência intelectual. A amostra em questão foi insuficiente para gerar resultados estatisticamente significativos para as deficiências auditiva, física e visual.

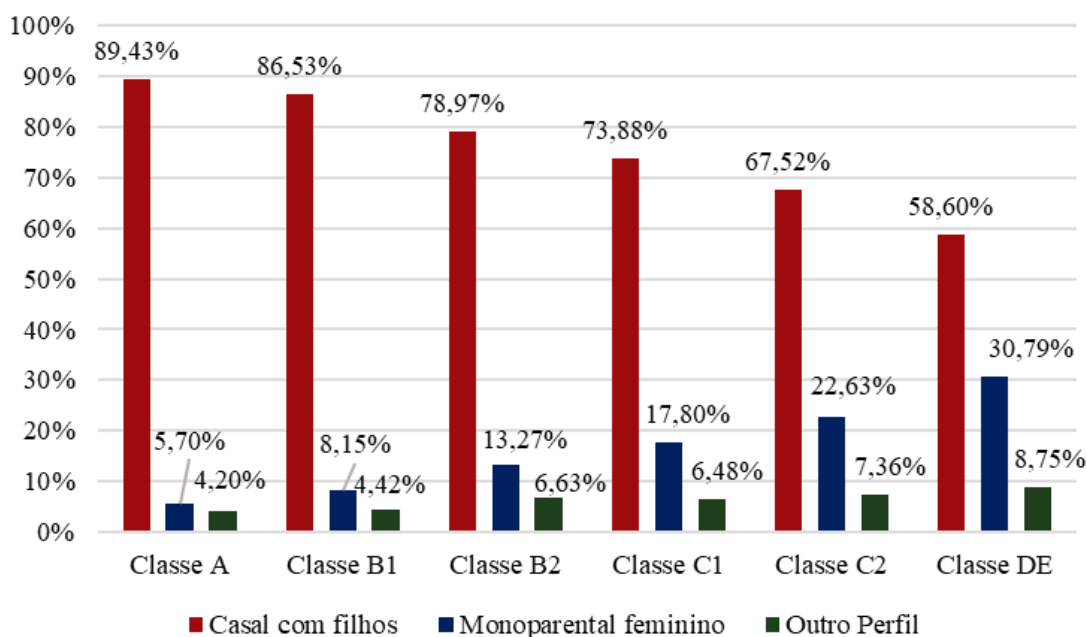
3.1.4. Arranjos domiciliares em que vivem as crianças

Arranjos domiciliares são os principais agrupamentos de pessoas que residem em um mesmo domicílio. Eles se constituem a partir da relação de todos os membros do domicílio com o responsável pelo domicílio, o que permite compreender como as diferentes famílias se organizam.⁹ No Distrito Federal, 71,8% das crianças de 0 a 11 anos vivem em domicílios cujo arranjo é o de casal com filhos. O segundo arranjo domiciliar mais frequente entre as crianças é o monoparental feminino (19,5%); seguido de outros perfis (7%) e casal sem filhos (1,7%).

A análise por estratos socioeconômicos do Critério Brasil indica que a proporção do arranjo monoparental feminino entre os domicílios com crianças tende a ser maior nos estratos de menor renda domiciliar média. Como pode ser observado no Gráfico 3, na Classe D-E, 30,9% das crianças vivem em residências cujo arranjo domiciliar é o monoparental feminino, enquanto na Classe A essa porcentagem é apenas 5,7%. A situação inversa ocorre para o arranjo casal com filhos, que é mais prevalente nas classes de maior renda domiciliar média.

⁹ Por exemplo, o domicílio pode ser composto apenas por um casal, ou por um casal que tenha filhos, ou por alguém que more sozinho, entre outras diversas possibilidades de combinação.

Gráfico 3 - Distribuição das crianças por tipo de arranjo domiciliar. Distrito Federal, 2021



Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2021
 Elaboração: DIPOS/IPEDF Codeplan.

3.1.5. Composição familiar

Assim como foi feito na publicação sobre crianças da série Retratos Sociais de 2018, neste estudo, outra classificação da estrutura familiar, que toma a(s) criança(s) do domicílio como referência, é analisada. A diferença dessa classificação em relação ao arranjo domiciliar, analisado na seção anterior, é a identificação da relação dos adultos com a criança, o que complementa o conceito de arranjo familiar, que é construído em torno do responsável pelo domicílio.¹⁰

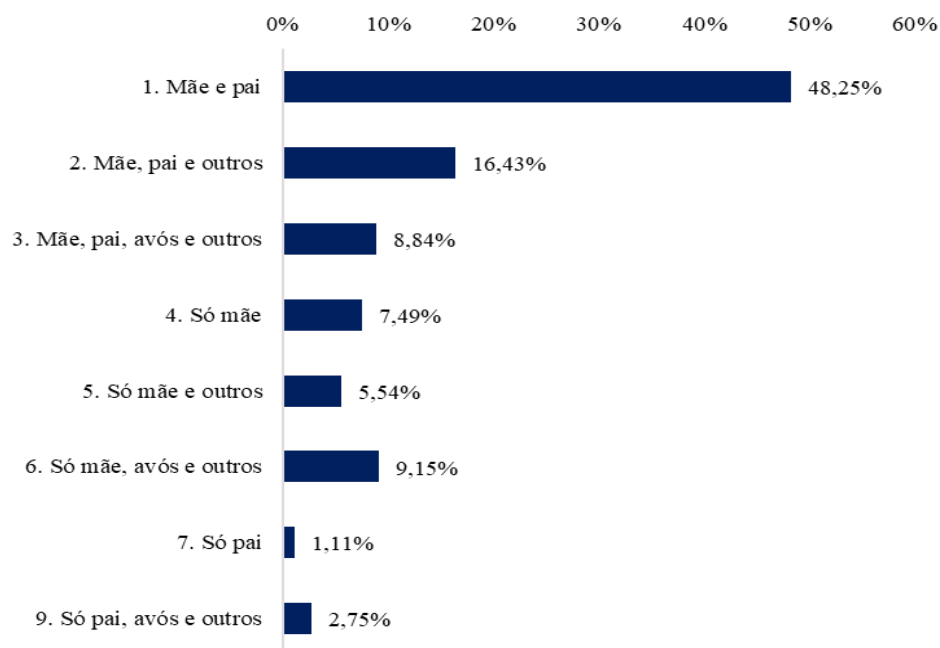
Tomando a(s) criança(s) de 0 a 11 anos como referência(s) no domicílio, foram construídas nove categorias de composição familiar domiciliar: mãe e pai; mãe, pai e outros; mãe, pai, avós e outros; só mãe; só mãe e outros; só mãe, avós e outros; só pai; só pai e outros; e só pai, avós e outros.

O Gráfico 4 apresenta a distribuição das crianças por composição familiar, conforme a classificação construída para este estudo.¹¹ Observa-se que 48,25% das crianças vivem em domicílios com pai e mãe; 16,4% vivem com mãe, pai e outros; e 8,8%, com mãe, pai, avós e outros. Assim sendo, 73,5% das crianças estão inseridas em composições familiares que contenham ao menos o pai e a mãe. Ainda, 22,2% residem em domicílios com a mãe, mas sem o pai, podendo haver outros residentes no domicílio. A porcentagem de crianças que vivem apenas como a mãe é 7,5%, enquanto apenas com o pai é 1,1%. Já a porcentagem de crianças que vivem sem a mãe é 4,3%.

¹⁰ Vale ressaltar que, no caso da criança que tem um(a) irmã(o) maior de 12 anos, a(o) irmã(o) foi considerado como outro parente no domicílio

¹¹ O percentual de crianças na Categoria "8. Só pai e outros" está omitido, pois não foi estatisticamente representativo para a população.

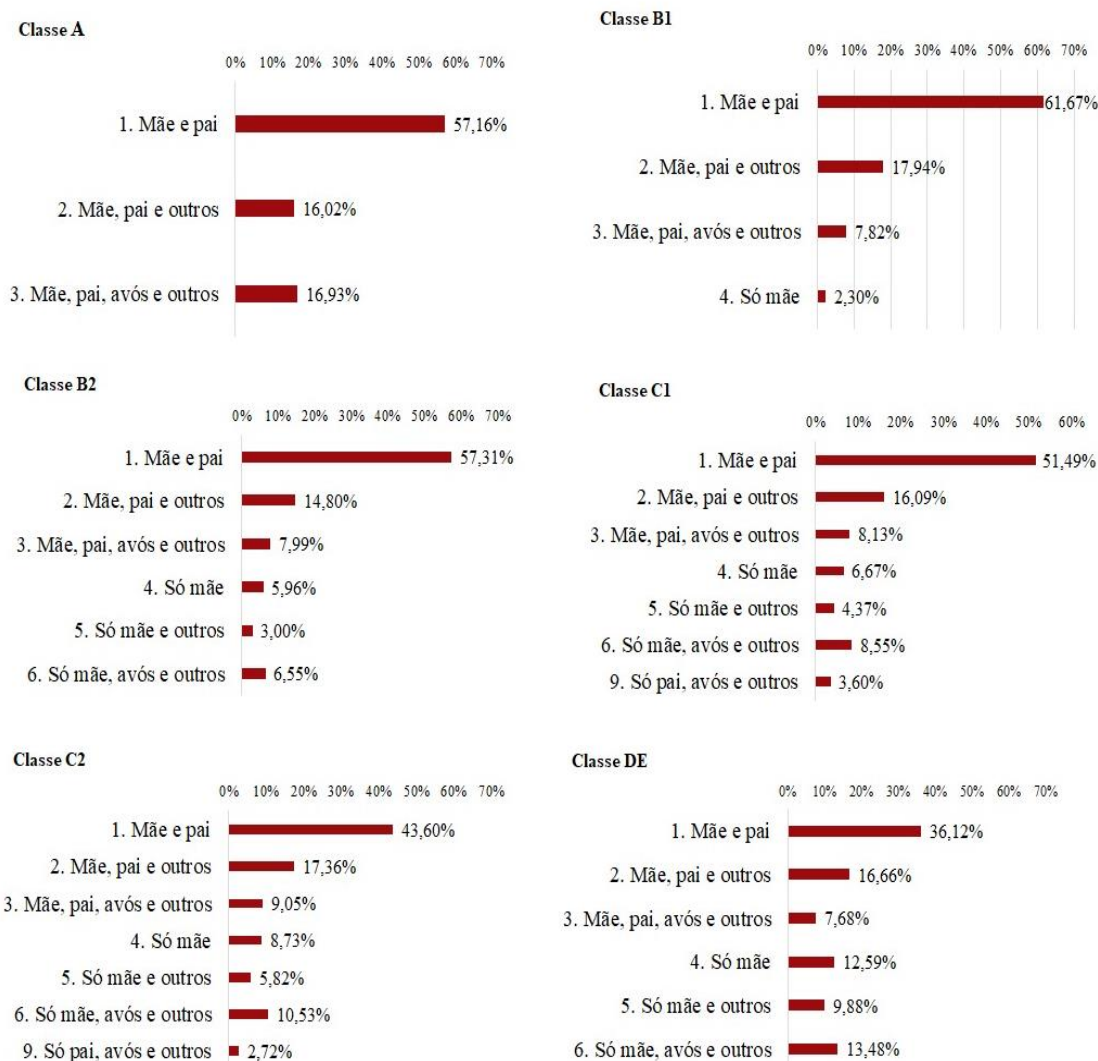
Gráfico 4 - Distribuição das crianças por composição familiar. Distrito Federal, 2021



Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2021
Elaboração: DIPOS/IPEDF Codeplan.

A análise por estrato socioeconômico do Critério Brasil (Gráfico 5) revela que a maior proporção de crianças na categoria 4, em que a criança vive apenas com a mãe, se dá na Classe D-E (12,6%). Na Classe A, essa categoria nem mesmo apareceu entre os resultados. Também se nota que a composição do tipo “vive com mãe e pai” é mais prevalente na Classe B1, em que 61,7% das crianças estão em domicílios com esse tipo de composição, e menos frequente na Classe D-E, em que 36% das crianças estão inseridas nessa composição.

Gráfico 5 - Distribuição das crianças por composição familiar, segundo estrato socioeconômico (Critério Brasil). Distrito Federal, 2021¹²



Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2021
 Elaboração: DIPOS/IPEDF Codeplan.

3.2. Saúde

3.2.1. Plano de Saúde

No Distrito Federal, 71,7% das crianças não possuem plano de saúde, proporção que não apresenta grandes diferenciais por grupo etário, mas que varia de forma importante entre as Regiões Administrativas e os estratos socioeconômicos do Critério Brasil.

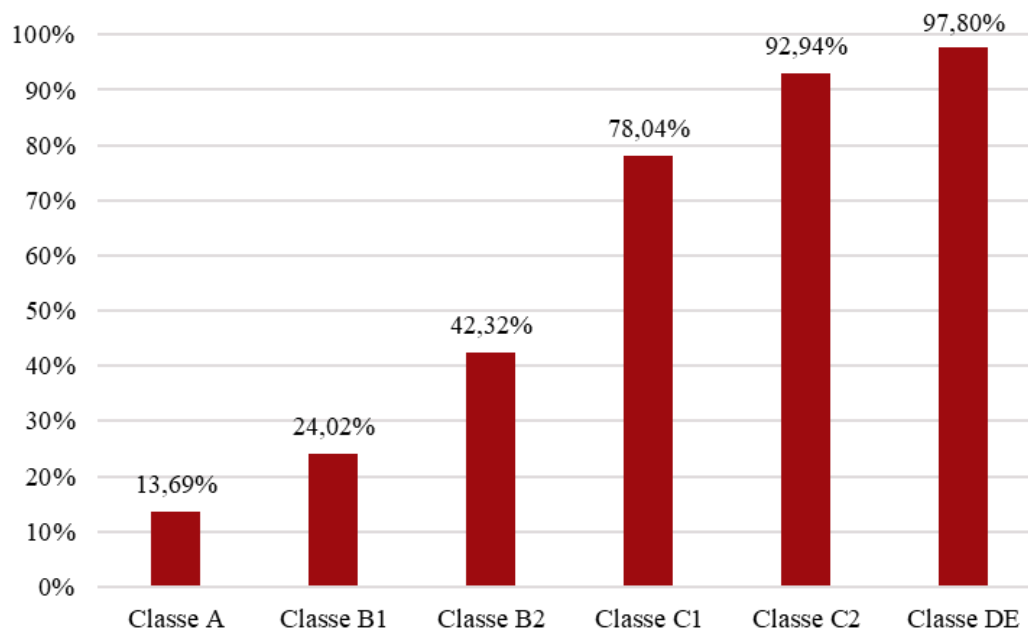
A análise por Região Administrativa indica que Sudoeste/Octogonal (89,8%), Lago Sul (89,2%) e Águas Claras (86,5%) são as Regiões Administrativas com as maiores proporções de crianças que tem algum plano de saúde. Já as menores proporções foram observadas em: SCIA/Estrutural (2,9%), Paranoá (3,6%) e Itapõa (4%).¹³

¹² Algumas categorias não aparecem nos resultados, pois seus valores não foram estatisticamente representativos para a população.

¹³ Os resultados para todas as Regiões Administrativas podem ser encontrados no Apêndice B - Tabela 2.

Considerando os estratos socioeconômicos do Critério Brasil, observa-se que, na Classe A, estrato de maior renda domiciliar média, apenas 13,7% das crianças não possuem plano de saúde, sendo essa proporção crescente à medida que se avança em direção aos estratos socioeconômicos de renda domiciliar média mais baixa, como pode ser visto no Gráfico 6.

Gráfico 6 - Proporção de crianças sem plano de saúde por estrato socioeconômico (Critério Brasil). Distrito Federal, 2021



Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2021
 Elaboração: DIPOS/IPEDF Codeplan.

3.2.2. Atendimento: serviço e motivo na última vez que procurou atendimento

Segundo a PDAD 2021, posto de saúde/unidade básica de atendimento foi o serviço mais procurado quando as crianças tiveram necessidade de atendimento de saúde. Importante destacar que as perguntas da PDAD sobre atendimento de saúde se referem ao último atendimento realizado/última vez que procurou atendimento antes da realização da pesquisa.

Aproximadamente 42% das crianças recorreram ao posto de saúde/unidade básica. Depois desse serviço, os mais procurados foram: consultório particular/clínica privada (13,1%) e farmácia (9%) (Tabela 2).

A análise por estratos socioeconômicos do Critério Brasil mostra que, entre as crianças que pertencem à Classe D-E, posto de saúde/unidade básica de atendimento foi o tipo de serviço mais procurado quando houve a necessidade de atendimento em saúde. Aproximadamente 57% das crianças desse estrato recorreram a esse tipo de serviço na última vez em que procuraram um atendimento antes da realização da PDAD 2021. Na Classe A e B1, por sua vez, o serviço mais procurado foi consultório particular/clínica privada (35,7% e 36,1%, respectivamente), sendo a procura por esse tipo de serviço decrescente à medida que se avança em direção aos estratos socioeconômicos de renda domiciliar média mais baixa (Tabela 3).

Tabela 2 - Serviços de atendimento em saúde mais procurados quando as crianças precisaram de atendimento (na última vez que procuraram atendimento). Distrito Federal, 2021

Serviço de atendimento em saúde	% de Crianças
Posto de saúde/Unidade básica de atendimento	42,32
Consultório particular/Clinica privada	13,12
Farmácia	8,98
Pronto-Socorro ou Emergência de hospital público	6,47
Pronto-Atendimento ou Urgência de hospital privado	4,08
UPA (Unidade de Pronto Atendimento)	2,23
Ambulatório de hospital público	1,20
Centro de Especialidades/Policlínica do SUS	0,84

Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2021
 Elaboração: DIPOS/IPEDF Codeplan.

Tabela 3 - Serviços de atendimento em saúde mais procurados quando as crianças precisaram de atendimento (na última vez que procuraram atendimento), por estrato socioeconômico (Critério Brasil). Distrito Federal, 2021¹⁴

Critério Brasil	Pronto-Socorro ou Emergência de hospital público	Consultório particular/Clinica privada	Farmácia	Posto de Saúde/Unidade Básica de Atendimento	Pronto-Atendimento ou Urgência de hospital privado
Classe A	-	35,72%	13,67%	18,63%	12,58%
Classe B1	-	36,13%	12,11%	21,66%	9,09%
Classe B2	4,28%	26,19%	10,99%	27,54%	7,97%
Classe C1	5,60%	10,22%	9,24%	46,49%	3,94%
Classe C2	10,54%	4,33%	7,45%	50,20%	-
Classe D-E	7,62%	-	6,74%	56,44%	-

Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2021
 Elaboração: DIPOS/IPEDF Codeplan.

Sobre a localidade em que esses atendimentos foram realizados, os dados da PDAD 2021 mostram que cerca de 206.364 crianças foram atendidas fora da RA de seu domicílio, o que representa 44,4% das crianças que recorreram a um serviço de atendimento em saúde. As crianças que vivem no Plano Piloto foram as que menos procuraram atendimento fora da sua RA (apenas 18,9% das crianças do Plano Piloto realizaram atendimento em outra RA). Já as crianças que vivem em Sol Nascente/Pôr do Sol foram as que, proporcionalmente, mais procuraram atendimento fora da sua Região Administrativa (99,1%).¹⁵

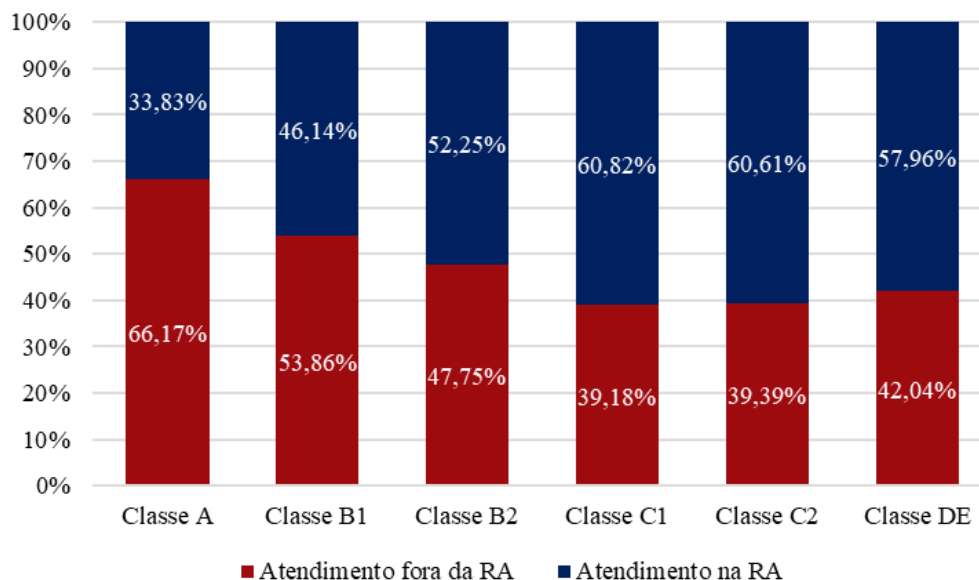
Conforme mostra o Gráfico 7, a proporção de atendimentos fora da RA de domicílio é maior nos estratos socioeconômicos de maior renda domiciliar média (Classes A, B1 e B2). Isso pode ter acontecido pelo fato de que moradores de Regiões Administrativas de alta renda, como Jardim Botânico, Lago Sul, Lago Norte e Sudoeste/Octogonal podem tender a buscar pelos serviços de saúde no Plano Piloto (que concentra essa oferta no DF) ou em outras RAs de alta renda, diferentes da que vivem. E as pessoas que vivem nas RAs de menor renda podem buscar pelo serviço mais próximo de sua moradia, quando disponível, de forma a evitar o deslocamento até outras RAs. Conforme mostra a Tabela 3, a maior parte dos atendimentos das crianças da Classe D-E ocorreu no posto de saúde, o que reforça a hipótese de que essas

¹⁴ Os valores representados por "-" não foram reportados, pois não eram estatisticamente representativos para a população.

¹⁵ Os resultados para todas as Regiões Administrativas podem ser encontrados no Apêndice C - Tabela 3.

peças tendem a buscar o atendimento mais próximo de sua moradia, tendo em vista que praticamente toda Região Administrativa no Distrito Federal possui posto(s) de saúde.

Gráfico 7 - Distribuição das crianças por localidade do último atendimento em serviço de saúde, segundo estrato socioeconômico (Critério Brasil). Distrito Federal, 2021



Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2021
 Elaboração: DIPOS/IPEDF Codeplan.

Quanto ao principal motivo do atendimento em saúde, os dados da PDAD 2021 mostram que 29,5% das crianças precisaram de atendimento por conta de doença (dor, febre, diarreia, etc) e 22,7%, por causa de vacinação. Prevenção (7,5%) e exame complementar de diagnóstico (6,3%) aparecem na sequência entre os motivos que levaram à procura de atendimento.

Tabela 4 - Motivos da procura por atendimento em saúde das crianças. Distrito Federal, 2021

Motivo do Atendimento	% de Crianças
Doença (dor, febre, diarreia etc)	29,54
Vacinação	22,71
Prevenção	7,47
Exame complementar de diagnóstico	6,26
Outro	3,89
Acompanhamento: Psicólogo, nutricionista ou outro profissional de saúde	3,04
Continuação de tratamento de doença	2,73
Acidente, lesão ou fratura	2,48
Problema odontológico	1,97

Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2021
 Elaboração: DIPOS/IPEDF Codeplan.

3.3. Educação

3.3.1. Frequência em instituição formal de ensino (creche e escola)

No Distrito Federal, 67,5% das crianças estavam frequentando uma instituição formal de ensino (creche ou escola) no momento de realização da PDAD 2021. Essa proporção varia de forma importante entre os grupos etários da população infantil, entre as Regiões Administrativas e os estratos socioeconômicos do Critério Brasil.

De acordo com a Lei Federal nº 12.796, de 4 de abril de 2013,¹⁶ o ensino é obrigatório e gratuito para todas as crianças a partir de 4 anos de idade. No DF, a maior proporção de crianças que estavam frequentando instituição de ensino no momento da pesquisa foi observada no grupo etário de 6 a 11 anos (98,3%), seguido pela faixa de 4 a 5 anos (78,7%) e pela de 0 a 3 anos (17,5%) – para essa última faixa etária o ensino não é obrigatório. Vale ressaltar que a proporção observada entre as crianças de 0 a 3 anos se encontra abaixo da projeção constante no Plano Distrital de Educação do DF (2015-2024),¹⁷ que estimava que 36,7% das crianças nessas idades estariam matriculadas em uma creche pública em 2021 no DF. E ligeiramente inferior ao observado em 2018, quando 22% das crianças de 0 a 3 anos estavam na creche no momento de realização da PDAD 2018 (CODEPLAN, 2020). Essa variação entre 2018 e 2021 pode estar relacionada com a pandemia de COVID-19, que como mencionado na introdução deste estudo, levou à paralisação de atividades educacionais presenciais e, no momento de realização da PDAD 2021, ainda se viviam os efeitos e as mudanças ocasionadas por essa situação de crise sanitária.

As Regiões Administrativas com os maiores percentuais de crianças frequentando uma instituição de ensino formal foram Lago Sul (76,7%) e Guará (76,1%). Já Sol Nascente/Pôr do Sol (56,5%) e Riacho Fundo (56,8%) foram as RAs que apresentaram os menores percentuais de frequência escolar entre a população de 0 a 11 anos (Gráfico 8).

As maiores diferenças entre as RAs quanto à proporção de crianças que frequentam creche ou escola se dão nas faixas etárias de 0 a 3 anos e de 4 a 5 anos. O Guará foi a Região Administrativa que apresentou o maior percentual de crianças de 0 a 3 anos frequentando instituição formal de ensino (37,9%). Já SCIA/Estrutural foi a RA com a menor proporção (12,2%). Em relação às crianças de 4 e 5 anos, Sudoeste/Octogonal apresentou o maior percentual de frequência à escola (93,7%) e Sobradinho II, o menor (58,4%).¹⁸

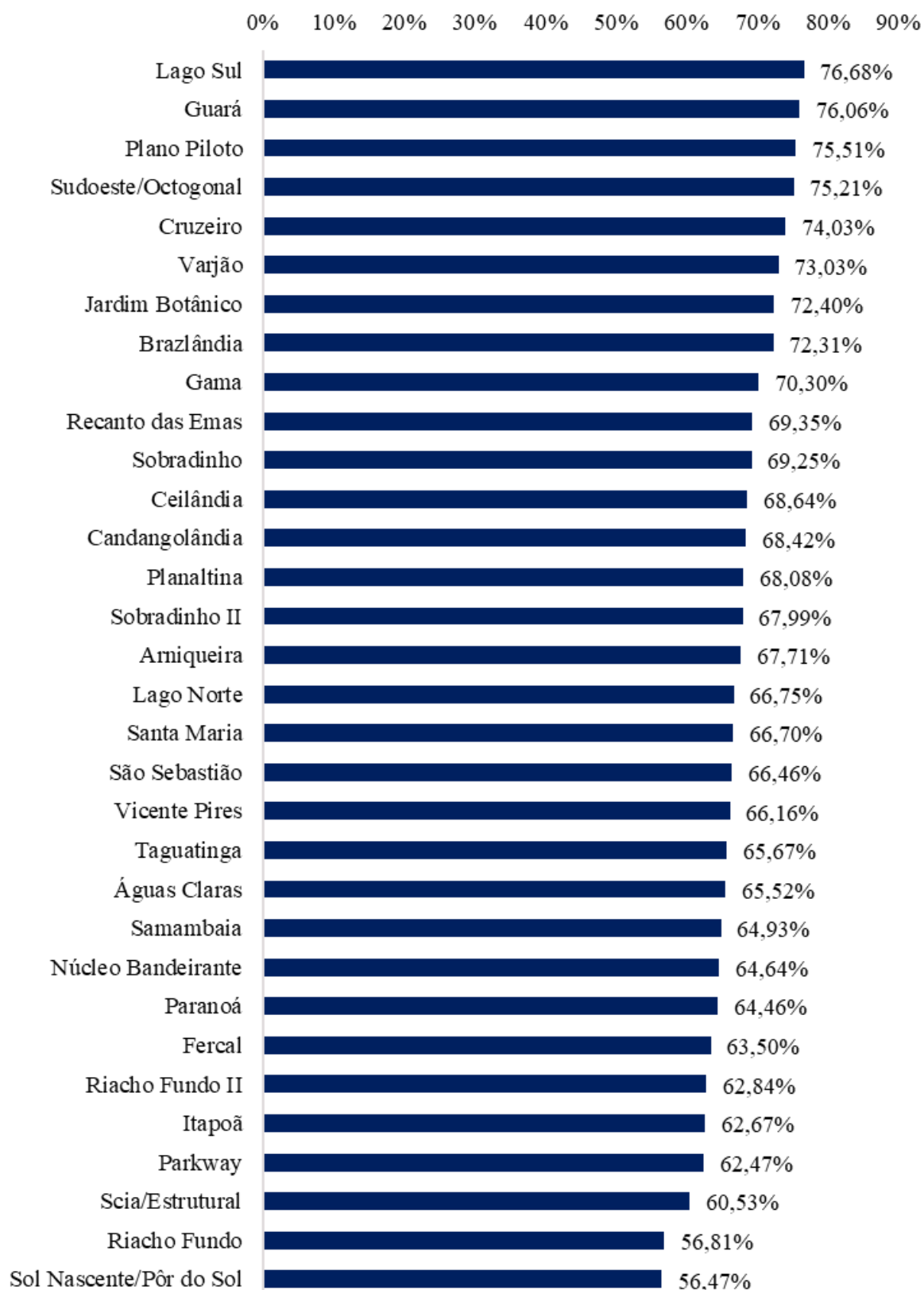
A análise por estrato socioeconômico do Critério Brasil mostra que, na Classe A, se observa a maior proporção de crianças que frequentam instituição formal de ensino (76,6%), sendo essa porcentagem decrescente à medida que a renda domiciliar média dos estratos diminui, conforme mostra o Gráfico 9.

¹⁶ BRASIL. Lei nº 12.796, de 04 de abril de 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12796.htm. Acesso em: 21 out. 2022

¹⁷ DISTRITO FEDERAL. Lei nº 5.499, de 14 julho de 2015. Plano Distrital de Educação (2015-2024). Disponível em: <https://www.educacao.df.gov.br/pde-2/>. Acesso em: 9 nov. 2022.

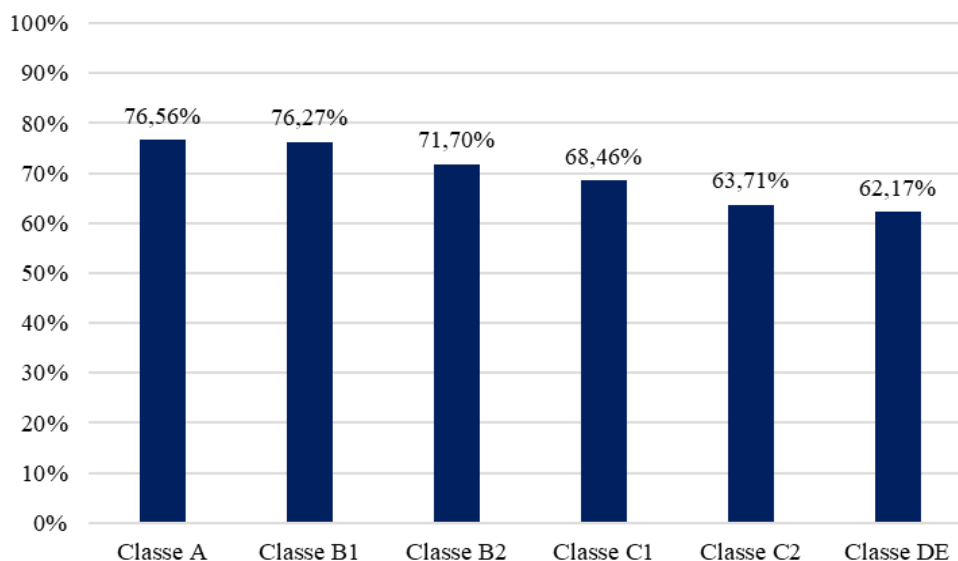
¹⁸ Os resultados para todas as Regiões Administrativas podem ser encontrados no Apêndice D - Tabela 4.

Gráfico 8 - Proporção de crianças frequentando creche ou escola por Região Administrativa. Distrito Federal, 2021



Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2021
 Elaboração: DIPOS/IPEDF Codeplan.

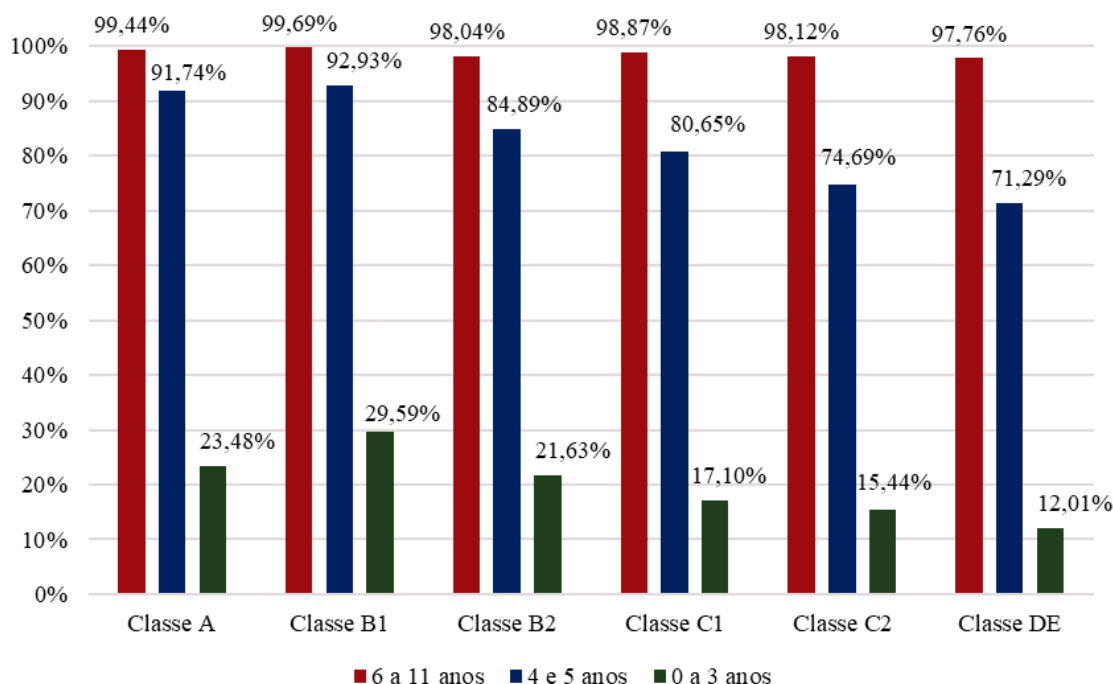
Gráfico 9 - Proporção de crianças que frequentam creche ou escola por estrato socioeconômico (Critério Brasil). Distrito Federal, 2021



Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2021
 Elaboração: DIPOS/IPEDF Codeplan.

Como pode ser observado no Gráfico 10, em todas as faixas etárias da população infantil, a frequência à escola diminui à medida que a renda domiciliar média dos estratos diminui (com exceção da Classe B1, que apresenta percentuais superiores aos da Classe A). Essa variação é mais expressiva nas faixas de idade de 4 a 5 anos e de 0 a 3 anos. No caso das crianças que deveriam frequentar a pré-escola, na faixa de 4 a 5 anos, a frequência varia de 92,9%, na Classe B1, a 71,3% na Classe D-E. Entre as crianças de 0 a 3 anos, a proporção das que estavam frequentando creche varia de 29,6%, na Classe B1, a 12% na Classe D-E – uma variação de mais de 17 pontos percentuais.

Gráfico 10 - Proporção de crianças frequentando creche ou escola por grupo etário e estrato socioeconômico (Critério Brasil). Distrito Federal, 2021



Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2021
 Elaboração: DIPOS/IPEDF Codeplan.

3.3.2. Distorção idade-série

No Distrito Federal, 3,8% das crianças apresentam alguma distorção idade-série, ou seja, estão com dois ou mais anos de atraso em relação ao seu fluxo escolar regular, tendo como parâmetro a idade inicial de entrada no Ensino Fundamental de 6 anos, conforme previsto pelas Resoluções do Ministério da Educação nº 1/2010 e 6/2010.¹⁹

A análise por estrato socioeconômico do Critério Brasil mostra que é na Classe C2 que se observa a menor taxa de distorção idade-série. Nesse estrato socioeconômico, 98,9% das crianças estão cursando a etapa de ensino esperada para a idade que possuem ou apresentam um atraso inferior a 2 anos. Os demais estratos socioeconômicos também apresentaram taxas de distorção idade-série inferiores a 10%. Os percentuais de crianças frequentando a etapa de ensino esperada ou com atraso menor que 2 anos são: Classe A (96,5%); Classe B1 (96,1%); Classe B2 (96,2%); Classe C1 (95,9%) e Classe D-E (95,4%).

3.3.3. Dependência administrativa da instituição (creche e escola)

Segundo a PDAD 2021, entre as crianças que estavam frequentando instituição formal de ensino (creche ou escola) no momento da pesquisa, 71,1% frequentavam instituições de ensino públicas e 28,9% frequentavam instituições de ensino privadas. Essas proporções variam conforme os grupos etários, apesar do ensino público ser predominante em todos eles.

Nas faixas de 4 a 5 anos e 6 a 11 anos, para as quais o ensino é obrigatório e gratuito para todas as crianças, os percentuais de crianças estudando em instituição pública são 68,6% e 73,6%, respectivamente. Já entre as crianças de 0 a 3 anos esse número é 56,9%.

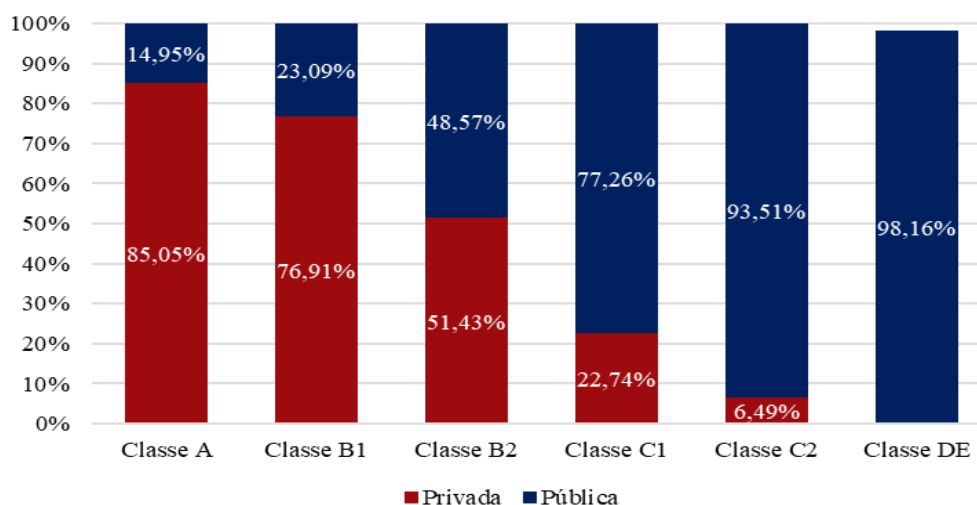
A distribuição das crianças que frequentam escola por dependência administrativa da instituição também apresenta diferenciais por nível de renda (estratos socioeconômicos do Critério Brasil) e por RA. Na Classe A, se observa o maior percentual de crianças frequentando instituição de ensino privada (85,05%), e o menor percentual é observado na Classe D-E (1,8%) (Gráfico 11).

Considerando os grupos etários, o maior percentual de crianças estudando na rede de ensino pública foi registrado na faixa de 6 a 11 anos na Classe D-E: 97,7% das crianças nesse estrato e nessa faixa etária estavam frequentando instituição de ensino pública no momento de realização da PDAD 2021. No caso do ensino privado, o maior percentual de frequência foi observado entre as crianças de 0 a 3 anos na Classe A (86,65%) (Tabela 5).

A análise por RA mostra que Park Way (95,3%), Sudoeste/Octogonal (93,7%) e Lago Sul (90,1%) são as localidades com as maiores proporções de crianças que estudam em instituições privadas de ensino. Já as RAs com as maiores proporções de crianças estudando na rede pública são: Fercal (99,2%), Sol Nascente (99%) e SCIA/Estrutural (96,2%).

¹⁹ DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação Distrito Federal. Programa Atitude: correção de fluxo escolar no DF - possibilidades para continuar avançando. Brasília, DF: SEEDF, 2019.

Gráfico 11 - Distribuição das crianças que frequentam instituição de ensino formal (creche ou escola) por dependência administrativa da instituição e estrato socioeconômico (Critério Brasil). Distrito Federal, 2021²⁰



Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2021
 Elaboração: DIPOS/IPEDF Codeplan.

Tabela 5 - Distribuição das crianças que frequentam instituição de ensino formal (creche ou escola) por dependência administrativa da instituição, grupo etário e estrato socioeconômico (Critério Brasil). Distrito Federal, 2021²¹

Grupo etário	Critério Brasil	Pública	Privada
0 3 anos	Classe A	-	86,65%
	Classe B1	-	77,13%
	Classe B2	38,28%	61,72%
	Classe C1	48,79%	51,21%
	Classe C2	85,82%	-
	Classe D-E	90,74%	-
4 e 5 anos	Classe A	-	83,71%
	Classe B1	19,87%	80,13%
	Classe B2	42,59%	57,41%
	Classe C1	78,83%	21,17%
	Classe C2	90,83%	-
	Classe D-E	90,83%	-
6 a 11 anos	Classe A	16,29%	83,71%
	Classe B1	24,28%	75,72%
	Classe B2	51,64%	48,36%
	Classe C1	80,13%	19,87%
	Classe C2	90,83%	4,60%
	Classe D-E	97,68%	-

Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2021
 Elaboração: DIPOS/IPEDF Codeplan.

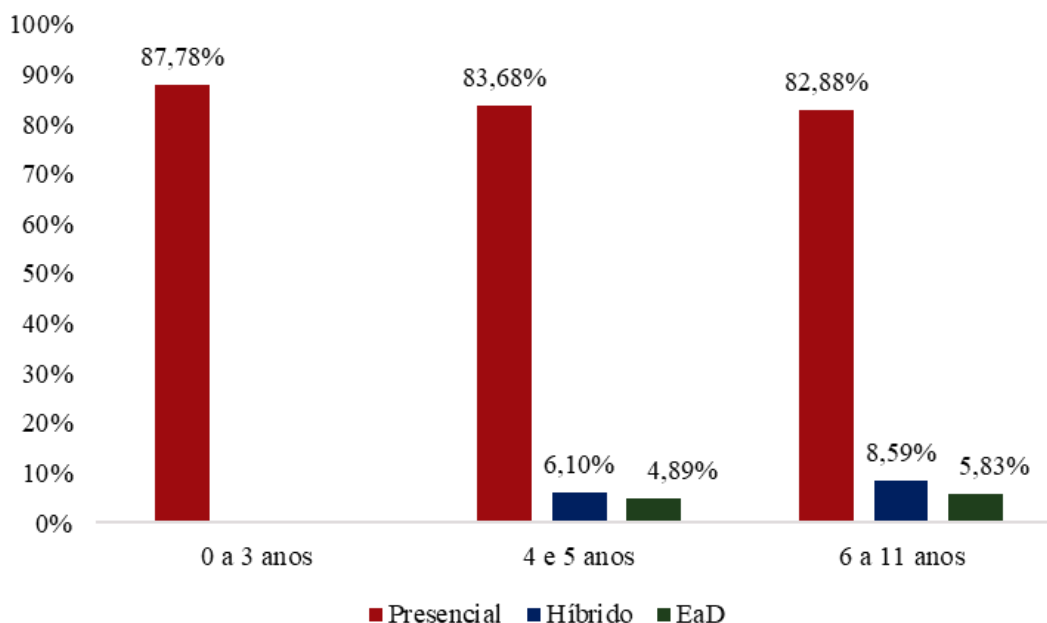
²⁰ O percentual de crianças frequentando rede de ensino privada na Classe D-E foi omitido, pois o resultado não é estatisticamente representativo para a população, por conta de tamanho insuficiente da amostra.

²¹ Os valores representados por “-” foram omitidos, pois não são estatisticamente representativos para a população.

3.3.4. Modalidade de ensino

No Distrito Federal, as crianças que estavam frequentando creche ou escola no momento de realização da PDAD 2021, se distribuem da seguinte forma quanto à modalidade de ensino: presencial (83,5%); híbrido (7,8%) e ensino à distância (EaD) (5,5%). Na faixa de 6 a 11 anos, observa-se uma maior participação do ensino híbrido e do EaD em relação aos demais grupos etários. Já o ensino presencial é maior entre as crianças de 0 a 3 anos quando comparadas com as demais faixas etárias, conforme mostra o Gráfico 12.

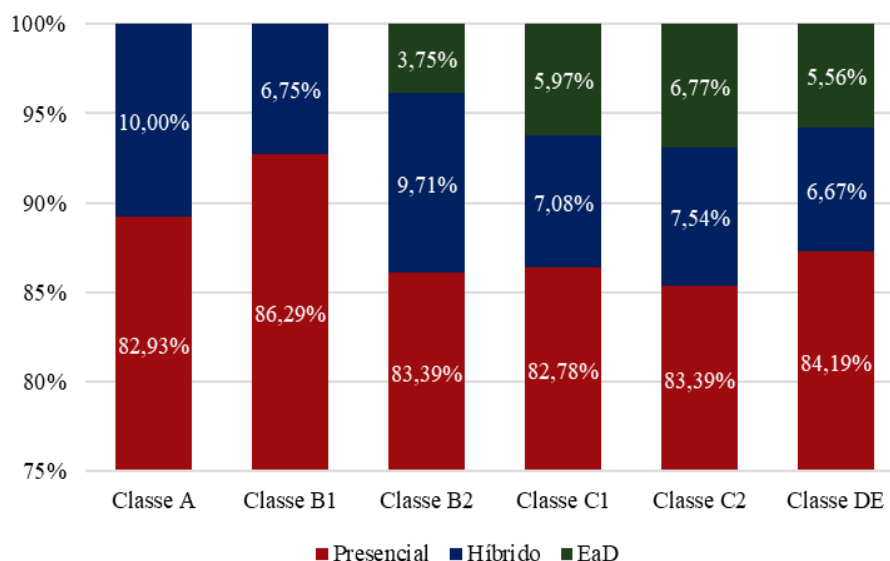
Gráfico 12 - Distribuição das crianças que frequentam instituição de ensino formal (creche ou escola) por modalidade de ensino e grupo etário. Distrito Federal, 2021



Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2021
 Elaboração: DIPOS/IPEDF Codeplan.

A análise por estratos socioeconômicos mostra que não há diferenças tão expressivas quanto à modalidade de ensino entre as classes do Critério Brasil (Gráfico 13). Vale ressaltar a maior participação do ensino à distância nas classes de menor renda domiciliar média.

Gráfico 13 - Distribuição das crianças que frequentam instituição de ensino formal (creche ou escola) por modalidade de ensino e estrato socioeconômico (Critério Brasil). Distrito Federal, 2021



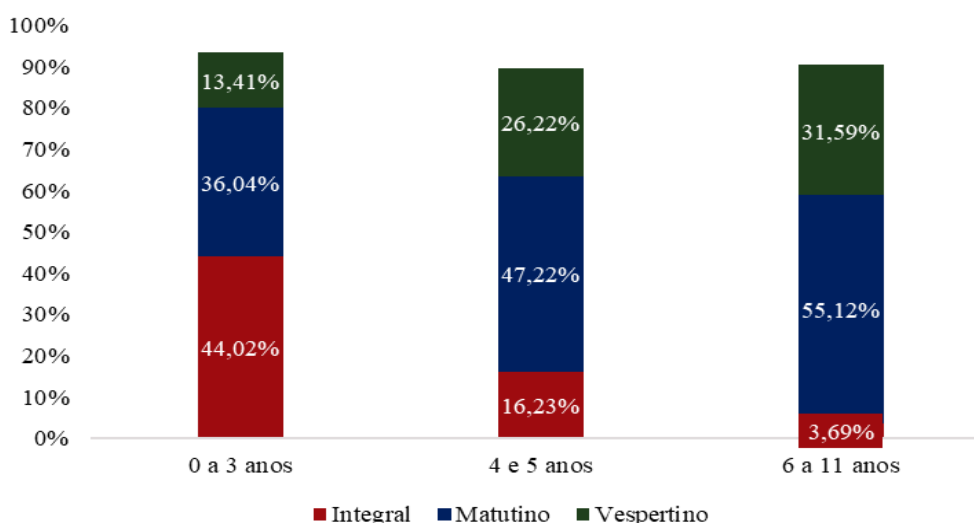
Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2021
 Elaboração: DIPOS/IPEDF Codeplan.

3.3.5. Ensino integral

Segundo a PDAD 2021, o período matutino (51,8%) é o principal turno de ensino entre as crianças que frequentam alguma instituição de ensino formal, sendo seguido pelo turno vespertino (28,9%) e, finalmente, pelo integral.

O grupo etário com a maior proporção de crianças em ensino integral é o de 0 a 3 anos, no qual 44% das crianças frequentam creche tanto no período matutino quanto no vespertino. O menor percentual de crianças em ensino integral é observado na faixa de 6 a 11 anos, na qual apenas 3,7% das crianças que frequentam escola estão em ensino integral. Entre as crianças de 4 e 5 anos, 16,2% estudam em ambos os turnos.

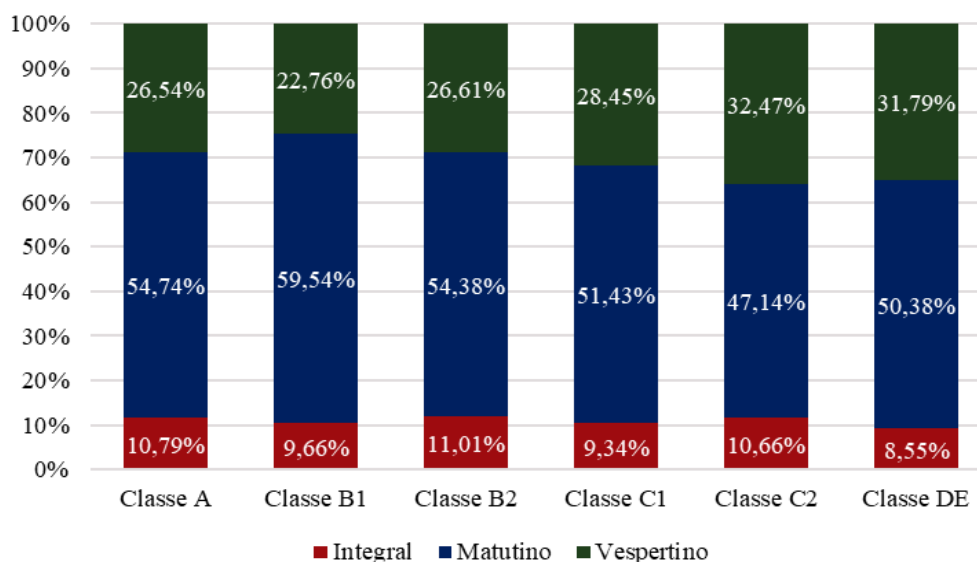
Gráfico 14 - Distribuição das crianças que frequentam instituição de ensino formal (creche ou escola) por turno de ensino e grupo etário. Distrito Federal, 2021



Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2021
 Elaboração: DIPOS/IPEDF Codeplan.

Assim como se observou na análise sobre a modalidade de ensino, a distribuição das crianças que frequentam creche ou escola por turno de ensino não apresenta grandes diferenciais por estrato socioeconômico, conforme mostra o Gráfico 15.

Gráfico 15 - Distribuição das crianças que frequentam instituição de ensino formal (creche ou escola) por turno de ensino e estrato socioeconômico (Critério Brasil). Distrito Federal, 2021



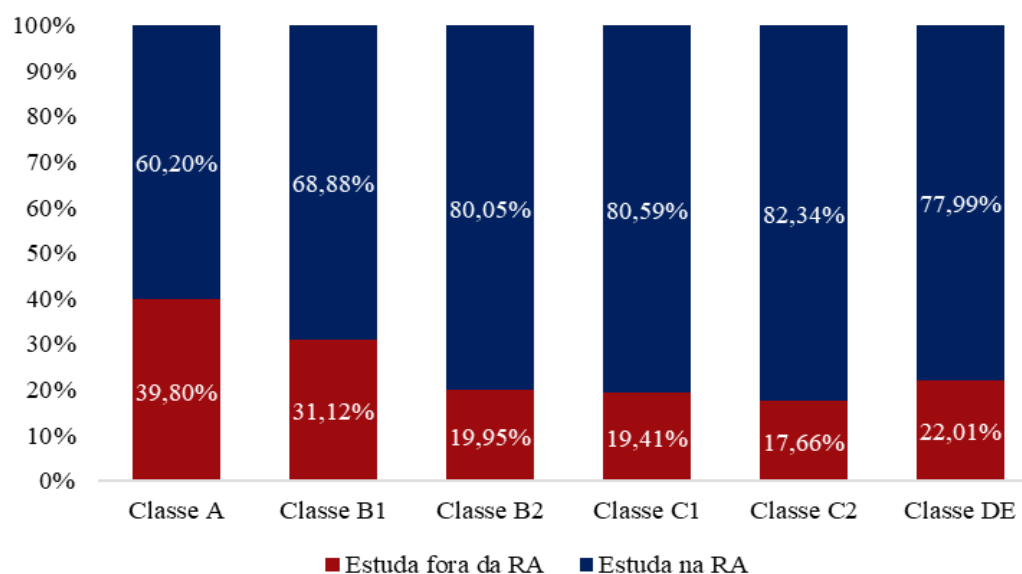
Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2021
 Elaboração: DIPOS/IPEDF Codeplan.

3.3.6. Localidade da instituição de ensino

Cerca de 22% das crianças no Distrito Federal estudam fora da Região Administrativa de seu domicílio. A desagregação por grupos etários revela que essa proporção é maior entre crianças de 0 a 3 anos (82,2%), seguidas pelas de 6 a 11 anos (77,9%) e de 4 e 5 anos (77,5%).

Quanto aos estratos socioeconômicos, observa-se que a maior proporção de crianças que estudam fora da RA de seu domicílio ocorre na Classe A, na qual 39,8% das crianças frequentam escola ou creche em outra RA que não a de seu domicílio, sendo essa porcentagem decrescente à medida que se avança em direção aos estratos socioeconômicos de renda média domiciliar mais baixa – a exceção é a Classe D-E, na qual 22% das crianças estudam fora da RA do seu domicílio, proporção mais elevada do que as observadas nas Classes B2, C1 e C2.

Gráfico 16 - Distribuição das crianças que frequentam instituição de ensino formal (creche ou escola) por localidade da instituição de ensino e estrato socioeconômico (Critério Brasil). Distrito Federal, 2021



Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2021
 Elaboração: DIPOS/IPEDF Codeplan.

Brazlândia (96,7%), Ceilândia (95,3%), Gama (95,1%) e Plano Piloto (94,9%) são as Regiões Administrativas com as maiores proporções de crianças que frequentam instituição de ensino na própria RA. Já Sol Nascente/Pôr do Sol (93,2%), Park Way (85,1%), Jardim Botânico (65,4%) e Arniqueira (64,2%) são as RAs com as maiores proporções de crianças que estudam em uma Região Administrativa diferente da do seu domicílio.²²

3.3.7. Meio de transporte

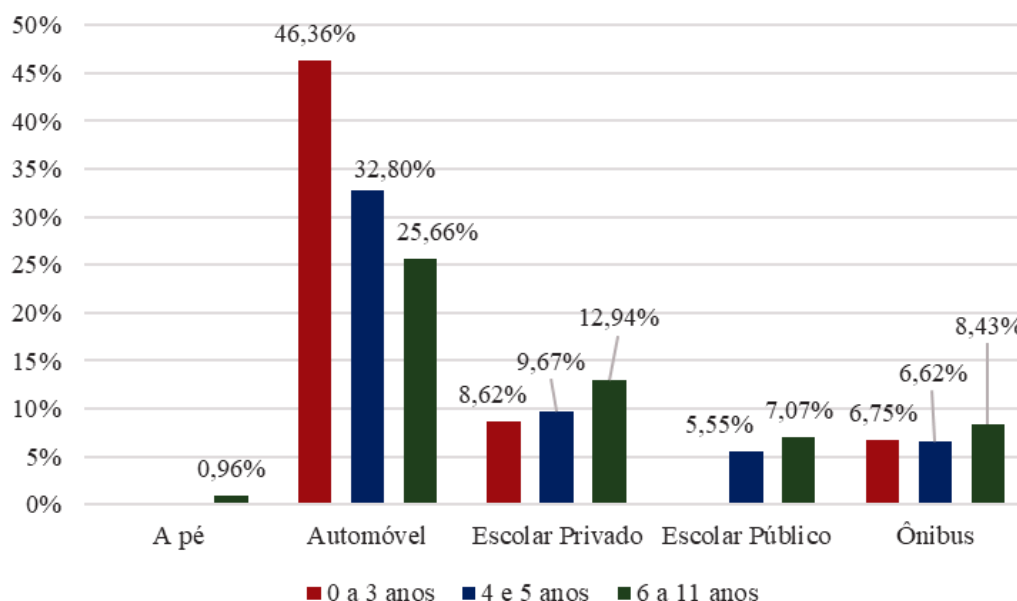
Quanto ao meio de transporte utilizado com maior frequência para se deslocar à instituição de ensino, 29% das crianças no Distrito Federal vão para escola ou creche de automóvel; 11,9% vão de escolar privado; 7,9%, de ônibus; 6,4%, de escolar público; 0,9% vão à pé; e 0,4% vão por meio de transporte privado (empresa de aplicativo, taxi, etc).

A análise por grupos etários revela que a maior prevalência do escolar, seja público ou privado, como meio de transporte ocorre para a faixa etária de 6 a 11 anos. O Gráfico 17 detalha as porcentagens de cada meio de transporte por faixa etária.²³

²² Os resultados para todas as Regiões Administrativas podem ser encontrados no Apêndice E - Tabela 5.

²³ Os percentuais dos meios de transporte que não constam no gráfico foram omitidos por não serem estatisticamente representativos para a população.

Gráfico 17 - Distribuição das crianças que frequentam instituição de ensino formal por meio de transporte utilizado com maior frequência para ir à escola/creche, por grupo etário. Distrito Federal, 2021

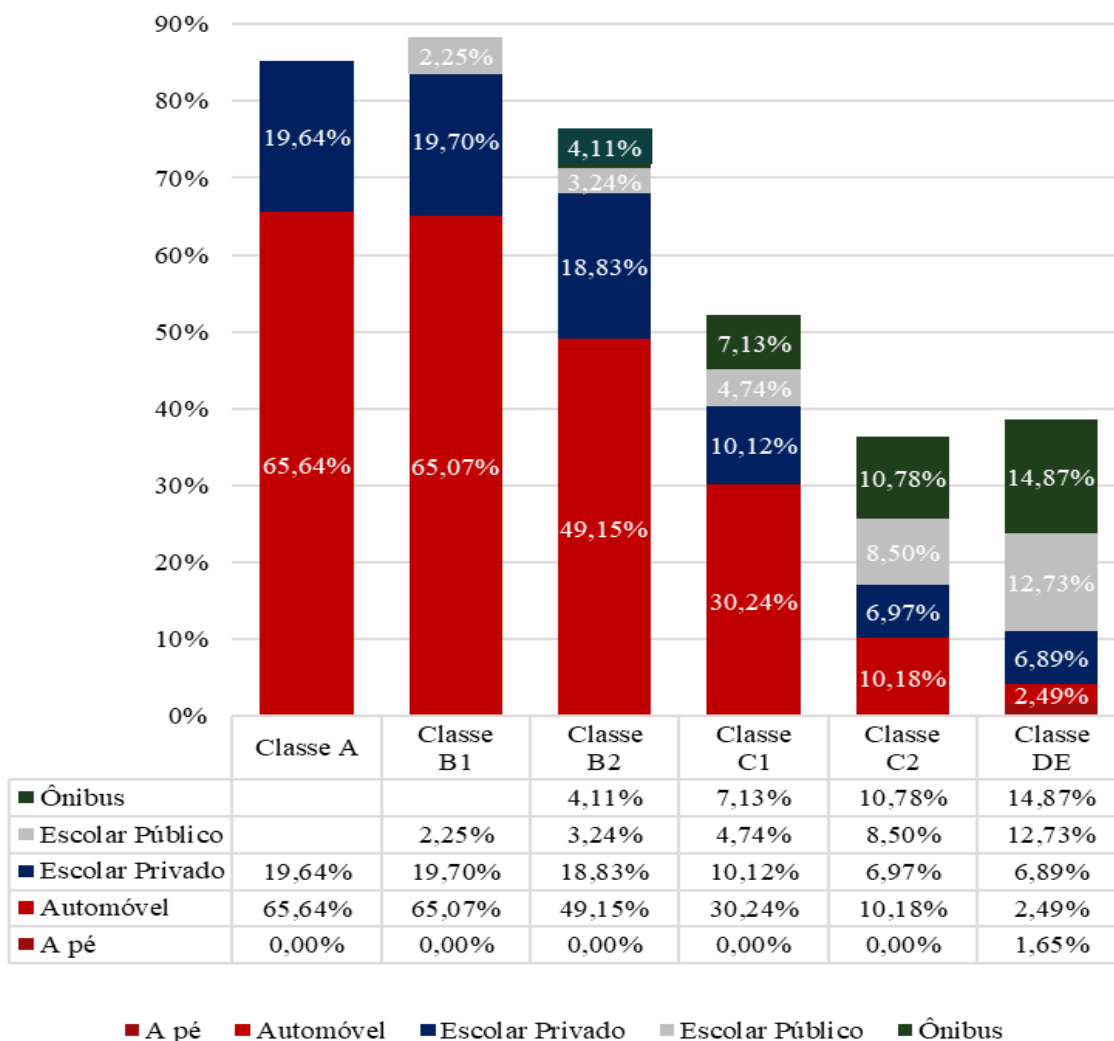


Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2021
 Elaboração: DIPOS/IPEDF Codeplan.

Desagregando a análise pelos estratos socioeconômicos do Critério Brasil, é possível observar que, na Classe A, 65,5% das crianças vão à instituição de ensino utilizando com maior frequência o automóvel como meio de transporte, sendo essa proporção decrescente à medida que se observa os estratos socioeconômicos de renda média domiciliar mais baixa. O inverso ocorre para o escolar público, que é mais prevalente na Classe D-E (12,7%), sendo essa proporção decrescente à medida que a renda média domiciliar aumenta, conforme pode ser observado no Gráfico 18.²⁴

²⁴ Os percentuais dos meios de transporte que não constam no gráfico foram omitidos por não serem estatisticamente representativos para a população.

Gráfico 18 - Distribuição das crianças que frequentam instituição de ensino formal por meio de transporte utilizado com maior frequência para ir à escola/creche, por estrato socioeconômico (Critério Brasil). Distrito Federal, 2021

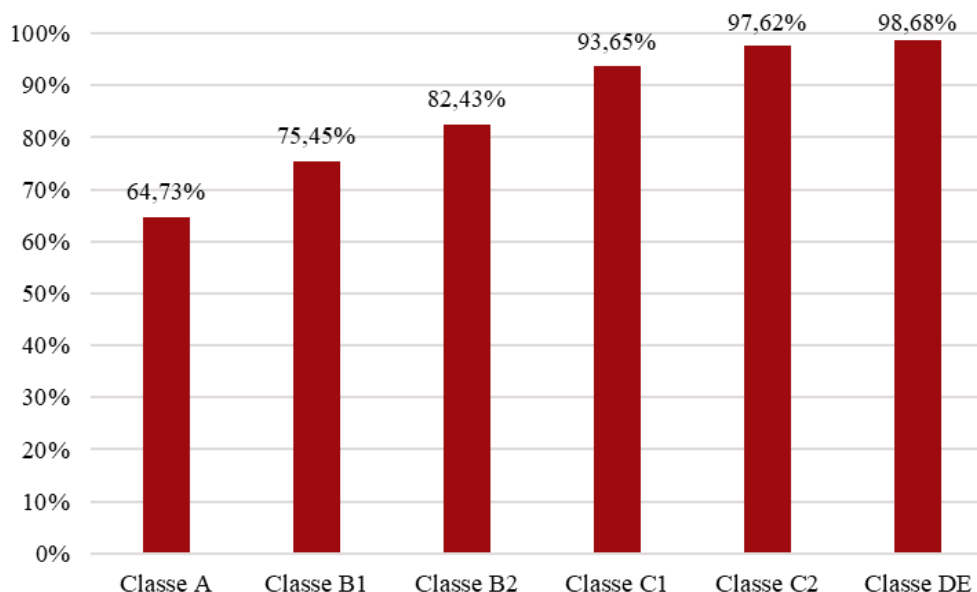


3.3.8. Cursos em andamento

Segundo a PDAD 2021, entre as crianças que estudam em instituição formal de ensino (escola ou creche), 10% também fazem alguma outra modalidade de curso: língua estrangeira e/ou outros.

A análise por estratos socioeconômicos mostra que, na Classe D-E, se observa o menor percentual de crianças que realizam outro tipo de curso além do ensino formal – 98,7% das crianças que estudam nessa classe estão apenas no ensino formal, sem frequentar nenhuma outra modalidade de curso. O percentual de crianças que realizam outros cursos é maior nos estratos socioeconômicos de renda domiciliar média mais elevada.

Gráfico 19 - Proporção de crianças que estudam apenas no ensino formal (escola ou creche) por estrato socioeconômico (Classes de Renda - Critério Brasil). Distrito Federal, 2021



Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2021
 Elaboração: DIPOS/IPEDF Codeplan.

Em relação aos cursos de língua estrangeira especificamente, 8,8% das crianças de 0 a 11 anos no Distrito Federal fazem esse tipo de atividade, proporção que também apresenta diferenciais significativos entre as classes do Critério Brasil. Na Classe A, 31,9% das crianças fazem curso de língua estrangeira. Nas Classes B1, B2 e C1, as proporções são, respectivamente, 22,3%, 15,7% e 5,5%. Os resultados para as Classes C2 e D-E não foram estatisticamente representativos para a população, por conta de amostra insuficiente.

3.4. Conectividade

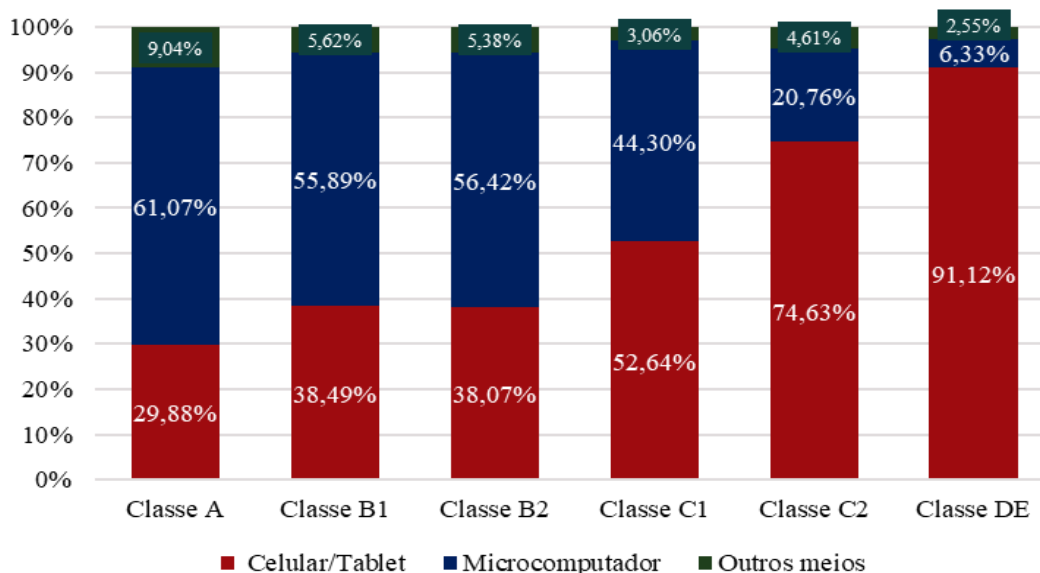
De acordo com a PDAD 2021, 99%²⁵ das crianças acessaram a internet, pelo menos duas vezes por semana, nos três meses anteriores à realização da pesquisa. Por grupos etários, observa-se que o maior percentual de acesso foi entre as crianças de 6 a 11 anos (99,4%), seguidas pelas crianças de 4 e 5 anos (98,7%) e, por fim, pelas de 0 a 3 anos (97,5%). A análise por estratos socioeconômicos do Critério Brasil não indicou grandes diferenciais de acesso à internet por nível de renda. Na Classe A, 99,4% das crianças acessaram a internet no período e na frequência considerados. Na Classe D-E, esse percentual foi bastante próximo, 99,1%.

A principal diferença entre os estratos socioeconômicos se dá quanto ao tipo de aparelho usado pelas crianças no acesso à internet. No Distrito Federal como um todo, 58% das crianças acessaram internet pelo celular e/ou tablet, 37,4%, por microcomputador e 4,7%, por outros meios. Desagregando a análise pelos estratos socioeconômicos do Critério Brasil, observa-se que, quanto maior a renda domiciliar média do estrato socioeconômico, maior a proporção de crianças que realizaram o acesso à internet por meio de microcomputador. Na Classe A, 61,1% das crianças acessaram por esse meio, enquanto na Classe D-E essa proporção foi de apenas 6,3%. O contrário ocorre no acesso via celular/tablet, que apresenta

²⁵ Importante destacar que o acesso não precisa ser realizado necessariamente pela criança. Um adulto ao colocar a criança para assistir um vídeo no YouTube, por exemplo, conta como acesso.

maior participação na Classe D-E (91,1%), sendo essa porcentagem decrescente à medida que se observa os estratos socioeconômicos de renda domiciliar média mais alta.

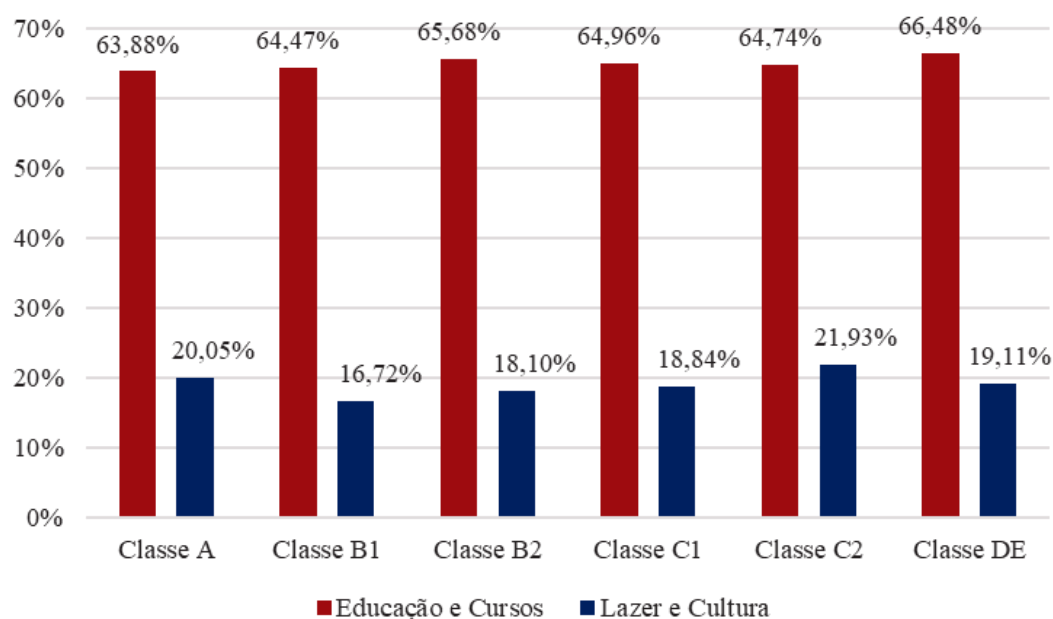
Gráfico 20 - Distribuição das crianças que acessaram internet nos 3 meses anteriores à PDAD por meio de acesso à internet, segundo estratos socioeconômicos (Critério Brasil). Distrito Federal, 2021



Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2021
 Elaboração: DIPOS/IPEDF Codeplan.

Quanto à finalidade do acesso, 65,2% das crianças utilizaram a internet por conta de educação e cursos; 19,3%, para lazer e cultura; 4,5%, para informações e notícias; e 0,6%, para comunicação. O Gráfico 21 mostra que as proporções de crianças que acessaram a internet pelos motivos de educação/cursos e lazer/cultura não variam muito entre os estratos socioeconômicos do Critério Brasil.

Gráfico 21 - Proporção de crianças que acessaram internet pelos motivos de educação/cursos e lazer/cultura por estrato socioeconômico (Critério Brasil). Distrito Federal, 2021



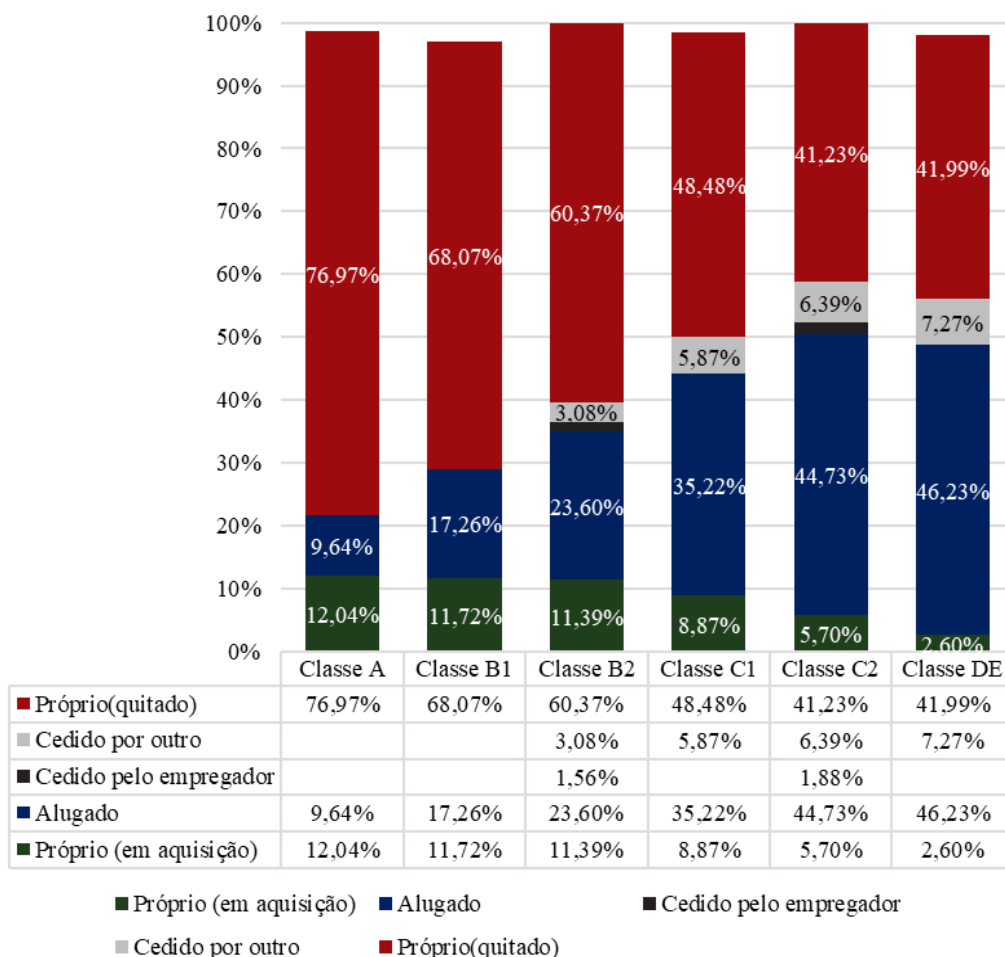
Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2021
 Elaboração: DIPOS/IPEDF Codeplan.

3.5. Domicílios com crianças

3.5.1. Situação do domicílio

A maior parte dos domicílios em que vivem crianças no Distrito Federal são próprios e já quitados (50,5%), 35,1% são alugados, 7,5% são próprios, mas ainda em aquisição, 1,5% são cedidos pelo empregador e 5,1% são cedidos por outra pessoa. Conforme mostra o Gráfico 22, são observadas algumas diferenças nessa distribuição entre os estratos socioeconômicos do Critério Brasil.²⁶ A proporção de domicílios próprios diminui à medida que a renda domiciliar média dos estratos diminui. O inverso acontece com a proporção de domicílios alugados, que cresce à medida que se avança em direção aos estratos de menor renda média.

Gráfico 22 - Distribuição dos domicílios com crianças por situação de aquisição, por estrato socioeconômico (Critério Brasil). Distrito Federal, 2021



Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2021
 Elaboração: DIPOS/IPEDF Codeplan.

²⁶ Os percentuais que não constam no gráfico foram omitidos por não serem estatisticamente representativos para a população.

3.5.2. Densidade por cômodo

No Distrito Federal, nos domicílios com crianças, a densidade de pessoas por cômodo usado como dormitório é aproximadamente 2 pessoas por cômodo, média que apresenta diferenciais significativos entre os estratos socioeconômicos do Critério Brasil, conforme pode ser observado na Tabela 6.

Tabela 6 - Densidade de pessoas por cômodo para dormir nos domicílios com crianças, por estrato socioeconômico (Critério Brasil). Distrito Federal, 2021

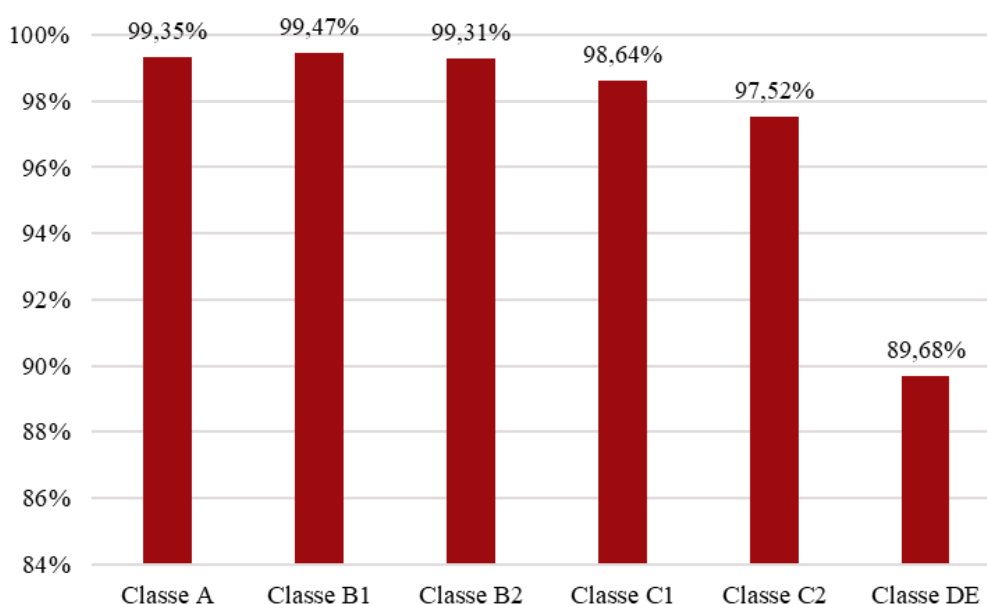
Estrato Socioeconômico	Densidade Média
Classe A	1,19
Classe B1	1,38
Classe B2	1,50
Classe C1	1,75
Classe C2	2,14
Classe D-E	2,53

Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2021
 Elaboração: DIPOS/IPEDF Codeplan.

3.5.3. Esgotamento, coleta e água própria para consumo

Quanto ao acesso a rede de esgoto, seja pela Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal (CAESB) ou por fossa séptica, 96,7% dos domicílios com crianças no DF têm acesso à esgotamento, porcentagem que apresenta variação entre os estratos socioeconômicos do Critério Brasil. Conforme mostra o Gráfico 23, enquanto na Classe A o percentual de acesso a esgotamento dos domicílios é de 96,6%, na Classe D-E, essa proporção é inferior a 90% (89,7%).

Gráfico 23 - Proporção de domicílios com crianças com acesso à esgotamento por estrato socioeconômico (Critério Brasil). Distrito Federal, 2021

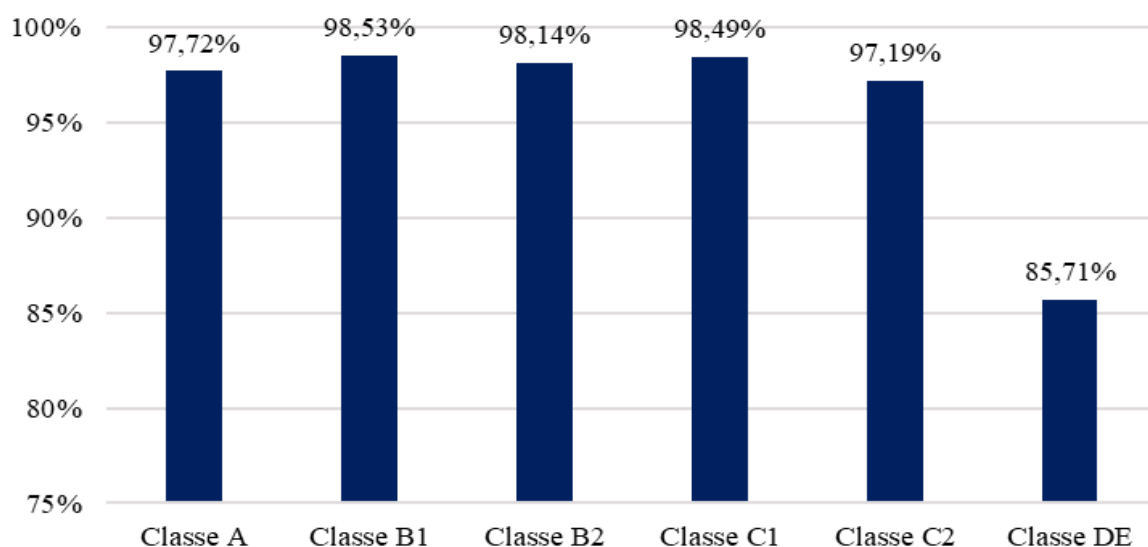


Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2021
 Elaboração: DIPOS/IPEDF Codeplan.

Em relação à coleta de lixo, 98,8% dos domicílios com crianças no Distrito Federal tem acesso a esse tipo de serviço, não havendo diferenças consideráveis entre os estratos socioeconômicos do Critério Brasil.

O acesso à abastecimento de água via rede geral (CAESB), por sua vez, apresenta diferenciais significativos entre os estratos socioeconômicos. Na Classe A, 97,7% dos domicílios com crianças são abastecidos pela CAESB, enquanto na Classe D-E esse número é de 85,7%. Para o DF como um todo, 95,4% dos domicílios com crianças têm acesso ao abastecimento de água pela rede geral.

Gráfico 24 - Proporção de domicílios com crianças com acesso a abastecimento de água via CAESB, por estrato socioeconômico (Critério Brasil). Distrito Federal, 2021



Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2021
 Elaboração: DIPOS/IPEDF Codeplan.

3.5.4. Acesso a espaços de lazer

No Distrito Federal, 78,9% das crianças vivem em domicílios próximos a parques, praças, espaços culturais públicos, quadras esportivas ou academias comunitárias/PEC. As proporções de crianças que vivem perto de cada um desses espaços de lazer podem ser observadas na Tabela 7.

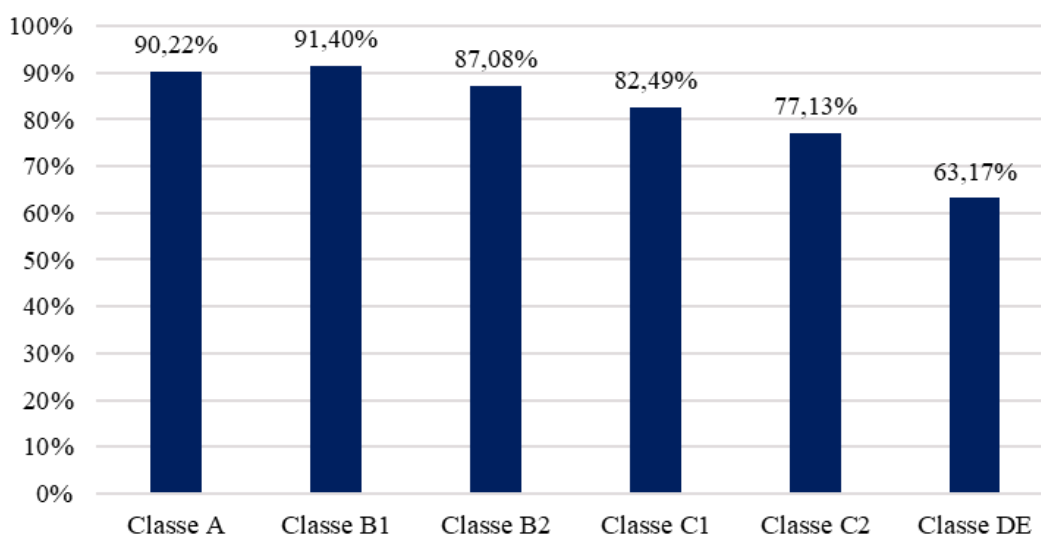
Tabela 7 - Proporção de crianças que vivem em domicílios próximos a espaços de lazer. Distrito Federal, 2021

Espaço de Lazer	% de crianças
Parque	53,02
Praça	12,59
Academia comunitária/PEC	8,07
Espaço cultural público	1,37
Quadra esportiva	3,87

Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2021
 Elaboração: DIPOS/IPEDF Codeplan.

A análise por estratos socioeconômicos do Critério Brasil, por sua vez, indica um grande diferencial quanto à proximidade a esses espaços. Na Classe A, estrato socioeconômico de maior renda domiciliar média, 90,2% das crianças vivem próximas a parques, praças, espaços culturais públicos, quadras esportivas ou academias comunitárias/PEC. Já na Classe D-E, estrato de menor renda domiciliar média, essa proporção é quase 30 pontos percentuais menor, 63,2%.

Gráfico 25 - Proporção de crianças que residem em domicílios próximos a espaços de lazer, por estrato socioeconômico (Critério Brasil). Distrito Federal, 2021



Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2021
 Elaboração: DIPOS/IPEDF Codeplan.

3.6. Insegurança alimentar

Uma inovação da PDAD 2021 foi a coleta de informações para investigar a situação de segurança alimentar e nutricional (SAN) dos domicílios no Distrito Federal, por meio da aplicação da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), que é uma escala psicométrica, que pertence ao grupo de escalas de SAN domiciliar, adaptada para o Brasil e que avalia de maneira direta a dimensão de acesso aos alimentos na população por meio da percepção e experiência com a fome. Essa escala fornece estimativas da prevalência de insegurança alimentar em diferentes níveis de severidade e sua obtenção está baseada em perguntas sobre comportamentos adotados frente à insuficiência alimentar e à incerteza em relação ao acesso ao alimento (KEPPLE & SEGALL-CORRÊA, 2011). As classificações da escala EBIA são:

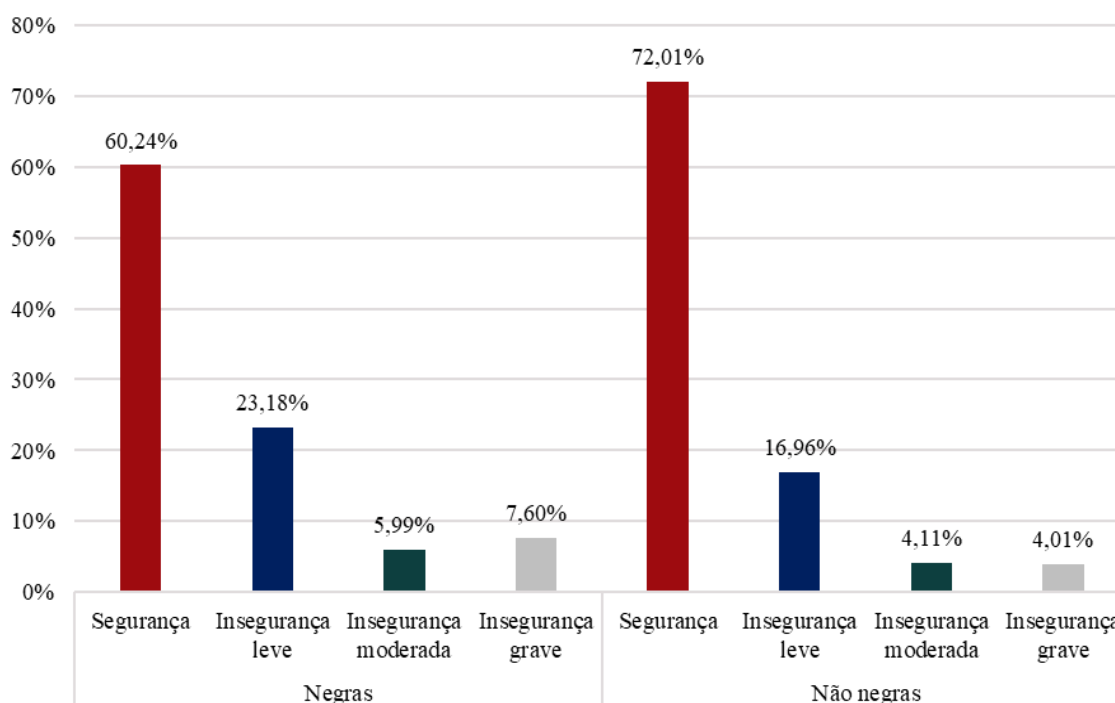
1. **Segurança alimentar (SA):** Acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais.
2. **Insegurança alimentar leve (IL):** Preocupação ou incerteza quanto ao acesso aos alimentos no futuro; qualidade inadequada dos alimentos resultantes de estratégias que visam não comprometer a quantidade de alimentos.
3. **Insegurança alimentar moderada (IM):** Redução quantitativa de alimentos entre os adultos e/ou ruptura nos padrões de alimentos resultantes de falta de alimentos entre os adultos.
4. **Insegurança alimentar grave (IG):** Redução quantitativa de alimentos também entre as crianças, ou seja, ruptura nos padrões de alimentação resultante da falta

de alimentos entre todos os moradores, incluindo as crianças. Nessa situação, a fome passa a ser uma experiência vivida no domicílio.

De acordo com a PDAD 2021, 64,5% das crianças no Distrito Federal estão em situação de segurança alimentar; 20,4%, em insegurança alimentar leve; 5,1%, em insegurança alimentar moderada; e 6% em insegurança alimentar grave.

Não foram observadas diferenças significativas entre meninos e meninas quanto à situação de segurança alimentar. No entanto, quando se considerou a variável raça/cor na análise da segurança alimentar, observou-se que, enquanto 72% das crianças não negras estão em situação de segurança alimentar, apenas 60,2% das crianças negras estão nessa mesma condição. Os percentuais para as demais categorias de SAN podem ser observados no Gráfico 26.

Gráfico 26 - Distribuição das crianças por situação de insegurança alimentar e raça/cor. Distrito Federal, 2021



Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2021
 Elaboração: DIPOS/IPEDF Codeplan.

4. DISCUSSÃO

Este estudo traçou o perfil sociodemográfico das crianças no Distrito Federal, a partir dos dados da PDAD 2021, apresentando informações sobre seu acesso a saúde, frequência à escola, conectividade, características dos domicílios em que vivem e sua situação de segurança alimentar e nutricional.

Para o Distrito Federal como um todo, 27,8% das crianças possuem algum plano de saúde, proporção inferior à encontrada para a população total (32,2%). Observou-se, ainda, elevada desigualdade quanto à posse de plano de saúde entre a população infantil no DF. Enquanto em Regiões Administrativas como Sudoeste/Octogonal, Lago Sul e Águas Claras mais de 86% das crianças possuem plano de saúde, em SCIA/Estrutural, Paranoá e Itapoã menos de 5% das crianças estão cobertas por algum tipo de plano. Considerando os estratos socioeconômicos do Critério Brasil, a menor proporção de crianças que não tem plano de saúde foi registrada na Classe A (13,7%), estrato socioeconômico de maior renda domiciliar média, sendo essa proporção crescente à medida que a renda domiciliar média diminui e se avança em direção aos estratos socioeconômicos mais baixos, atingindo o valor de 97,8% na Classe D-E.

Ainda que nem todas as pessoas que não possuem plano de saúde precisem recorrer ao serviço público de saúde – já que é possível pagar por serviços privados sem ser via plano, por meio de gastos diretos – esses resultados indicam que uma parcela significativa da população infantil no DF depende do Sistema Único de Saúde (SUS). Outro dado apresentado neste estudo que corrobora essa constatação é o de que posto de saúde/unidade básica de atendimento foi o serviço mais procurado na última vez em que a criança precisou de um atendimento em saúde antes da realização da PDAD 2021. Cerca de 42% das crianças no Distrito Federal recorreram a esse tipo de serviço, que foi seguido por: consultório particular/clínica privada (13,1%) e farmácia (9%).

Como destacado pela Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (SES DF),²⁷ as Unidades Básicas de Saúde (UBSs) são a porta de entrada para o acesso ao SUS, visto que é por meio delas que se iniciam o cuidado e a assistência à saúde da população. Vale ressaltar que as UBS contam com equipes de saúde da família, que são multiprofissionais e se concentram em práticas de cuidado integrado dirigido à população do território. Por isso, é fundamental fortalecer as estratégias de saúde centradas na família e garantir a infraestrutura necessária ao atendimento adequado da população nas unidades básicas de saúde.

Em relação aos aspectos educacionais do perfil apresentado, observou-se que 67,5% das crianças estavam frequentando uma instituição formal de ensino (creche ou escola) no momento da pesquisa, proporção que apresentou grande variabilidade entre os diferentes grupos etários da população infantil, as Regiões Administrativas e os estratos socioeconômicos do Critério Brasil.

Lago Sul (76,7%) e Guará (76,1%) foram as RAs com as maiores proporções de crianças frequentando instituição de ensino no momento de realização da PDAD 2021, já Sol Nascente/Pôr do Sol (56,5%) e Riacho Fundo (56,8%) foram as que apresentaram os menores percentuais. Assim como na análise da posse de plano de saúde, a desagregação por estrato socioeconômico do Critério Brasil indicou variação da frequência à creche ou escola por nível

²⁷ DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Saúde. Unidade Básica de Saúde. Disponível em: <https://www.saude.df.gov.br/unidades-basicas>. Acesso em: 9 nov. 2022.

de renda. Enquanto na Classe A 76,6% das crianças estavam frequentando uma instituição formal de ensino no momento da pesquisa, na Classe D-E, esse número foi de 62,1%.

Como destacado na apresentação dos resultados, a Lei Federal nº 12.796, de 4 de abril de 2013, determina que o ensino é obrigatório e gratuito para todas as crianças a partir de 4 anos de idade no Brasil. Diante disso, era esperado um maior percentual de crianças estudando a partir dos 4 anos. Os dados da PDAD revelaram que, enquanto na faixa de 0 a 3 anos de idade, 17,5% das crianças estavam frequentando instituição de ensino, entre as crianças de 4 e 5 anos, essa proporção foi de 78,7% e, entre as de 6 a 11 anos, foi de 98,3%.

É importante destacar que, apesar de não haver previsão legal para a obrigatoriedade e a gratuidade do ensino para crianças de 0 a 3 anos, a literatura é vasta quanto à importância da educação e do incentivo à aprendizagem para a vida das crianças e sobre os efeitos desse investimento ao longo de todo o ciclo de vida. Neri (2015), em uma revisão de literatura, destaca que crianças que frequentam creches e pré-escolas tendem a apresentar, na vida adulta, renda mais alta, além de menores probabilidades de gravidez precoce e de serem beneficiárias de programas de transferência de renda. A educação nos primeiros anos de vida tende, portanto, a ter um alto retorno tanto privado como social e, como destacado por Vasconcelos (2017), a escola é um *locus* essencial para a formação da cidadania, visto que é o primeiro pilar de socialização pública das crianças.

Assim sendo, a pandemia de COVID-19, ao interromper as aulas presenciais e substituí-las pelo ensino online e remoto, impactou negativamente a socialização das crianças. Além disso, como destacado por Vidigal (2021), houveram perdas significativas de aprendizado para os estudantes. Para matemática e linguagem, a perda média estimada foi de 4 meses de ensino entre os meses de abril e dezembro de 2020. Resultados desse mesmo estudo apontaram que houve aumento das desigualdades de aprendizado entre crianças de maior e menor nível socioeconômico. Crianças em situação de maior vulnerabilidade social foram as mais impactadas e aprenderam em um ritmo mais lento que as demais.

Esse aumento das desigualdades ocorreu, segundo Vidigal (2021), porque, de fato, a pandemia representou uma redução das oportunidades de ensino oferecidas pelas escolas, o que aconteceu de forma mais intensa na rede pública. Enquanto na rede privada algumas escolas ofereceram aulas presenciais a partir do final de setembro de 2020, os alunos matriculados na rede pública praticamente não tiveram nenhum encontro presencial durante todo o ano de 2020. Além disso, a escassez de políticas públicas para o acesso à conectividade dificultou a implementação adequada das atividades remotas em uma parcela considerável das escolas públicas (VIDIGAL, 2021).

No Distrito Federal, 98,99%²⁸ das crianças haviam acessado a internet, pelo menos duas vezes por semana, nos três meses anteriores à realização da PDAD 2021. A análise por estratos do Critério Brasil não indicou grandes diferenciais de acesso por nível de renda. No entanto, houve diferença quanto ao tipo de aparelho usado para acessar a internet. Foi possível observar uma tendência de que, quanto maior a renda domiciliar média do estrato socioeconômico, maior a proporção de crianças que realizaram o acesso à internet por meio de microcomputador. Na Classe A, 61,1% das crianças acessaram internet por essa via, enquanto na Classe D-E esse percentual foi de apenas 6,3%. O contrário ocorreu em relação ao acesso via celular/tablet, que apresenta maior prevalência na Classe D-E (91,1%), sendo essa porcentagem decrescente à medida que a renda domiciliar média aumenta.

Esses dados sobre o principal meio de acesso à internet são de especial importância quando se investiga a modalidade de ensino que as crianças estavam frequentando, visto que

²⁸ Importante destacar que o acesso não precisa ser realizado necessariamente pela criança. Um adulto ao colocar a criança para assistir um vídeo no YouTube, por exemplo, conta como acesso.

foi justamente nas classes de menor renda domiciliar média, onde o acesso à internet foi feito predominantemente de forma mais precária, via celular ou tablet, que se observou as maiores proporções de crianças estudando na modalidade EaD. Na Classe D-E, 72,8% das crianças que estavam estudando nessa modalidade acessaram a internet via celular, enquanto na Classe A, 84,3% das crianças em EaD acessaram a internet via microcomputador.²⁹ É fundamental que esses dados sejam levados em consideração ao se pensar a adoção de práticas escolares que dependam do acesso à internet, já que muitas crianças podem não estar em condições adequadas para acessar a internet para estudar e/ou realizar atividades pedagógicas.

A questão do ensino remoto adquire relevância especial para o Brasil não apenas devido aos seus contornos sociais, mas também por ser um dos países que manteve as escolas fechadas por mais tempo durante a pandemia de COVID-19 (OCDE, 2021). O fato é que o fechamento das escolas em resposta à pandemia teve como consequência: prejuízos significativos para alfabetização e a leitura das crianças (ALVES, OLIVEIRA e HIRATA, 2022), assim como aumento da evasão escolar (LICHAND *et al.*, 2021; UNICEF, 2021).

Outro ponto que deve ser considerado ao se ponderar sobre os efeitos da pandemia de COVID-19 sobre a socialização e o aprendizado das crianças e, especialmente, sobre o aumento das desigualdades entre crianças de maior e menor nível socioeconômico é que o ambiente de aprendizado doméstico se tornou essencial para o desenvolvimento das crianças a partir do momento em que o distanciamento social, adotado como medida de prevenção à pandemia, limitou a interação das crianças com professores e outras crianças. Para as crianças em situação de vulnerabilidade, esse ponto se transforma em mais uma desvantagem para o seu aprendizado (VIDIGAL, 2021).

No Brasil, segundo Fonseca *et al.* (2013), as principais vulnerabilidades às quais crianças estão sujeitas decorrem dos riscos relacionados ao alcoolismo e conflitos domésticos. Riscos relacionados ao ambiente da moradia incluem a precariedade da oferta de instituições e serviços públicos e a proximidade com pontos de venda controlados pelo tráfico. Além destes, trabalho e exploração sexual infantil também são fatores de riscos.

A PDAD 2021 não permite a identificação desses tipos de vulnerabilidade apontados por Fonseca *et al.* (2013), mas é possível investigar outros aspectos que podem influenciar o grau de vulnerabilidade a que as crianças estão expostas. Observou-se, por exemplo, que 31,5% das crianças viviam em domicílios com algum nível de insegurança alimentar, ou seja, não possuíam acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais. Seguindo as categorias da escala EBIA, 20,4% das crianças do DF estavam em situação de insegurança alimentar leve; 5,1%, em insegurança alimentar moderada; e 6%, em insegurança alimentar grave.

É fundamental dar atenção a esses resultados sobre as vulnerabilidades a que as crianças estão expostas, não apenas devido ao impacto das vulnerabilidades sobre a educação e o aprendizado durante a pandemia, conforme já exposto, mas também devido ao fato de que a vulnerabilidade social impacta de forma importante o desenvolvimento infantil, dado que problemas nutricionais e experiências negativas podem influenciar o desenvolvimento cerebral, com consequências para o comportamento e a saúde da criança (DILLENBURG *et al.*, 2017).

Dillenburg *et al.* (2017) destacam que a vulnerabilidade social impacta o desenvolvimento infantil, pois limita o acesso da criança a diversos recursos que favorecem o

²⁹ Os resultados para cada uma das classes de renda do Critério Brasil podem ser encontrados no Apêndice F - Tabela 6.

desenvolvimento humano, tais como: acesso à saúde, à alimentação, à educação, questões de higiene e cuidado; e atenção dos responsáveis. Além de impactar negativamente a saúde física e emocional das crianças (FONSECA *et al.*, 2013), ao implicar em carências na fase inicial da vida, a vulnerabilidade social afeta negativamente todas as demais fases do ciclo da vida. E essas faltas são ainda mais graves quando ocorrem nos primeiros 6 anos de vida, período denominado de primeira infância, que são cruciais para o desenvolvimento do ser humano. É essencial, portanto, que as políticas públicas distritais tenham esse grupo populacional como foco e promovam o desenvolvimento integral das crianças, já que desenvolver as crianças é uma das estratégias mais eficientes para a interrupção do ciclo intergeracional da pobreza e a redução da desigualdade social (COMITÊ CIENTÍFICO DO NÚCLEO CIÊNCIA PELA INFÂNCIA, 2014; FMCSV, 2020).

O fato é que a vulnerabilidade social apresenta diferentes fontes, entre elas destacam-se: desemprego, baixos salários, educação de baixa qualidade, precariedade da oferta de serviços públicos, entre outros (DILLENBURG *et al.*, 2017; FONSECA *et al.*, 2013). Diante disso, cabe ao Estado, via políticas públicas, atuar não apenas para suprir as demandas essenciais dos grupos em vulnerabilidade social, mas também formular ações que tenham como objetivo combater a fonte dessas vulnerabilidades e desigualdades.

Este estudo buscou, portanto, apresentar um retrato atualizado da população infantil no Distrito Federal, de forma a produzir insumos para a elaboração de políticas públicas distritais voltadas a esse público e às suas famílias. O estudo não pretendeu esgotar todos os temas relacionados a esse grupo populacional e, por isso, ainda são diversas as questões que merecem investigação. Pesquisas futuras serão importantes para compreender quais foram, de fato, os impactos da pandemia de COVID-19 sobre a frequência e o aprendizado escolar das crianças. Ainda na área da educação, é importante investigar, para além da frequência, a qualidade da educação infantil no Distrito Federal. Também é interessante investigar se houve consequências da pandemia sobre o acesso e utilização de serviços de saúde por parte dessa população e quais foram outros possíveis impactos da crise sanitária e socioeconômica sobre as gerações que nasceram exatamente durante esse período.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Integrando a série Retratos Sociais 2021, este estudo teve como principal objetivo apresentar o perfil sociodemográfico das crianças residentes no Distrito Federal, trazendo resultados relativos à saúde, educação, conectividade, características dos domicílios com crianças e algumas vulnerabilidades às quais esse grupo populacional está sujeito.

O perfil médio da criança no Distrito Federal é: negro (55%), residente em um domicílio composto por casal com filhos (77,8%) em que há pai e mãe (48,2%). Além disso, cerca de 1,4% possuem algum tipo de deficiência.

Os resultados da seção sobre saúde indicam que 71,7% das crianças no Distrito Federal não possuem plano de saúde e que o posto de saúde/unidade básica de atendimento foi o serviço mais procurado quando as crianças precisaram de atendimento em saúde (na última vez em que isso ocorreu antes da realização da PDAD 2021).

No que se refere à educação, 67,5% das crianças (0 a 11 anos) estavam estudando no momento de realização da PDAD 2021. Entre elas, 3,8% apresentavam dois ou mais anos de atraso em relação ao seu fluxo escolar regular; 71,1% frequentavam instituições da rede pública de ensino; 83,5% estudavam na modalidade presencial; e 9,8% em ensino integral. Em relação à localidade da instituição de ensino, apenas 21,8% das crianças frequentando instituição de ensino estudavam fora da RA de seu domicílio. Automóvel (29%) e escolar privado (11,9%) foram os meios de transportes indicados como os mais utilizados para a locomoção à instituição de ensino. Vale ressaltar que, entre as crianças que estudavam na rede formal de ensino, 10% delas também faziam alguma outra modalidade de curso, como língua estrangeira. Quanto à conectividade, 98,99% das crianças haviam acessado a internet, pelo menos duas vezes por semana, nos três meses anteriores à PDAD 2021, não havendo diferenciais significativos de acesso por estratos socioeconômicos do Critério Brasil.

A maior parte dos domicílios com crianças no Distrito Federal são próprios e quitados (50,5%). A densidade média de pessoas por cômodo que serve como dormitório é de, aproximadamente, 2 pessoas nos domicílios com crianças. Cerca de 97% das crianças no DF vivem em domicílios com acesso à esgotamento; 98,8%, em domicílios com acesso à coleta de lixo; e 97,7%, à abastecimento de água via CAESB. Quanto ao acesso ao lazer, 78,9% das crianças vivem em domicílios próximos a parques, praças, espaços culturais públicos, quadras ou academias comunitárias.

O último aspecto levantado pelo estudo se refere à situação de segurança alimentar e nutricional das crianças no DF. Segundo a PDAD 2021, 64,5% das crianças possuíam acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, ou seja, se encontram em situação de segurança alimentar. 20,3% estavam em situação de insegurança alimentar leve; 5,1%, em insegurança alimentar moderada e 6%, em insegurança alimentar grave.

Compreender que as crianças são um grupo heterogêneo, sujeito a diferentes graus de vulnerabilidade, é essencial para a formulação de políticas públicas focalizadas e que possibilitem o acesso à saúde, educação e lazer por aqueles que não o tem. Espera-se que os resultados apresentados neste estudo permitam conhecer quem são as crianças residentes no Distrito Federal e as desigualdades existentes entre elas. Espera-se que informações sobre sua distribuição no território, características de seus arranjos familiares e

domicílios, frequência escolar, consumo de saúde e conectividade possam orientar os gestores de políticas públicas e a sociedade como um todo na definição de ações voltadas a essa população. Os dados aqui apresentados indicam a necessidade de esforço por parte do poder público na inclusão de crianças na escola, especialmente as de menor nível socioeconômico, assim como a necessidade de investimentos e políticas voltadas para a redução da parcela de crianças em situação de vulnerabilidade social e insegurança alimentar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACOSTA, Pablo. **Proteger as crianças**: vulnerabilidade na primeira infância pode ter impacto permanente e profundo. Folha de São Paulo. Disponível em: <https://www.worldbank.org/pt/news/opinion/2021/08/24/vulnerabilidade-na-primeira-infancia-pode-ter-impacto-permanente-e-profundo>. Acesso em: 23 nov. 2022.
- ALVES, I.S.; OLIVEIRA, J.B.A, e HIRATA, G. **Perdas na pandemia**: alfabetização, leitura e fluência de leitura - dados de Sobral. Rio de Janeiro: Instituto Alfa e Beto/Idados, 5 de maio de 2022.
- BASTOS, M. L. *et al.* The impact of the Brazilian family health strategy on selected primary care sensitive conditions: A systematic review. **PLoS One**, San Francisco, v. 12, n. 8, 2017.
- BERNARDES, Karine Isis. Avaliação do Primeira Infância Melhor através de estudos de casos: o encontro entre a educação formal e não-formal. **Dissertação de Mestrado**. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2010.
- BRASIL. **Lei nº 12.796, de 04 de abril de 2013**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2013/lei/l12796.htm. Acesso em: 21 out. 2022.
- BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em: 19 out. 2022.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Saúde Suplementar. Sistema de Informações de Beneficiários-SIB/ANS/MS. Disponível em: <https://www.gov.br/ans/pt-br/aceso-a-informacao/perfil-do-setor/dados-gerais>. Acesso em: 29 dez.2022.
- BRASIL. **Portaria nº 343, de 17 de março de 2020**. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19. D.O.U 18/03/2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-343-de-17-de-marco-de-2020-248564376>. Acesso em: 1 dez. 2020.
- CAMACHO, A. C. L. F. *et.al.* A tutoria na educação à distância em tempos de COVID-19: orientações relevantes. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 5, 2020.
- CODEPLAN. Retratos Sociais DF 2018. **A população infantil no Distrito Federal**. Brasília, 2020.
- DILLENBURG, Andreia Ines *et al.* Vulnerabilidade social e desenvolvimento infantil: um olhar a partir da Teoria Histórico Cultural e da Neurociência. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, v. 14, n. 36, p. 279-295, 2017.
- DISTRITO FEDERAL. **Lei nº 5.499, de 14 julho de 2015**. Plano Distrital de Educação (2015-2024). Disponível em: <https://www.educacao.df.gov.br/pde-2/>. Acesso em: 9 nov. 2022a.
- DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Saúde. Unidade Básica de Saúde. Disponível em: <https://www.saude.df.gov.br/unidades-basicas>. Acesso em: 9 nov. 2022b.
- DORN, Emma *et al.* COVID-19 and learning loss—disparities grow and students need help. **McKinsey & Company**, December, v. 8, p. 6-7, 2020.
- FONSECA, Franciele Fagundes *et al.* As vulnerabilidades na infância e adolescência e as políticas públicas brasileiras de intervenção. **Revista Paulista de Pediatria**, v. 31, p. 258-264, 2013.

KAMAKURA, Wagner; MAZZON, José Afonso. Critérios de estratificação e comparação de classificadores socioeconômicos no Brasil. **Revista de administração de empresas**, v. 56, p. 55-70, 2016.

KEPPLE, Anne Walleser; SEGALL-CORRÊA, Ana Maria. Conceituando e medindo segurança alimentar e nutricional. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 16, p. 187-199, 2011.

LICHAND, Guilherme *et al.* **The impacts of remote learning in secondary education: Evidence from Brazil during the pandemic**. Technical Note No. IDB-TN-02214. Inter-American Development Bank, 2021.

OECD. Education at a Glance 2021. Disponível em: <https://www.oecd.org/education/education-at-a-glance/>. Acesso: 2 dez. 2022.

ROSSETTI-FERREIRA, Maria Clotilde; RAMON, Fabiola; SILVA, Ana Paula Soares. Políticas de atendimento à criança pequena nos países em desenvolvimento. **Cadernos de Pesquisa**, p. 65-100, 2002.

UNICEF. **Out of School Children in Brazil: A Warning about the Impacts of the COVID-19 Pandemic on Education**. UNICEF: New York, NY, USA, p. 30, 2021.

VASCONCELOS, Teresa. A importância da educação na construção da cidadania. **Saber(e) Educar**, v. 12, 109-117, 2007.

VIDIGAL, F. M. C. S. **O impacto da pandemia COVID-19 no aprendizado e bem-estar das crianças** [Internet]. São Paulo: FMCSV, 2021.

YOUNG, Mary. E. Relato realizado no V Seminário Internacional da Primeira Infância, PUCRS, 2008.

APÊNDICE

Apêndice A - Tabela 1 - Número e Proporção de crianças negras e não negras por Região Administrativa. Distrito Federal, 2021

Desagregações Região Administrativa	Negras		Não Negras	
	Número	%	Número	%
Plano Piloto	8.608	36,10	15.239	63,90
Gama	8.400	44,84	10.335	55,16
Taguatinga	16.263	58,59	11.495	41,41
Brazlândia	5.935	60,83	3.822	39,17
Sobradinho	7.119	65,21	3.798	34,79
Planaltina	18.687	58,83	13.080	41,17
Paranoá	8.982	71,67	3.550	28,33
Núcleo Bandeirante	1.991	61,18	1.263	38,82
Ceilândia	30.809	57,60	22.678	42,40
Guará	7.991	42,57	10.781	57,43
Cruzeiro	1.012	34,75	1.900	65,25
Samambaia	23.068	53,02	20.443	46,98
Santa Maria	12.381	57,92	8.996	42,08
São Sebastião	16.948	72,56	6.409	27,44
Recanto das Emas	12.651	56,63	9.687	43,37
Lago Sul	807	26,01	2.295	73,99
Riacho Fundo	3.241	49,54	3.301	50,46
Lago Norte	1.602	36,77	2.755	63,23
Candangolândia	1.359	58,73	955	41,27
Águas Claras	8.865	39,74	13.442	60,26
Riacho Fundo II	6.942	62,10	4.236	37,90
Sudoeste/Octogonal	2.075	30,48	4.732	69,52
Varjão	1.140	66,05	586	33,95
Park Way	932	34,60	1.762	65,40
SCIA/Estrutural	5.461	69,05	2.448	30,95
Sobradinho II	8.454	65,93	4.369	34,07
Jardim Botânico	3.268	38,38	5.248	61,62
Itapoã	8.643	69,33	3.823	30,67
Vicente Pires	5.015	47,93	5.448	52,07
Fercal	1.496	73,87	529	26,13
Sol Nascente/Pôr do Sol	12.170	66,91	6.019	33,09
Amiqueira	3.465	47,33	3.856	52,67

Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2021
 Elaboração: DIPOS/IPEDF Codeplan.

Apêndice B - Tabela 2 - Número e proporção de crianças com e sem acesso a plano de saúde por Região Administrativa. Distrito Federal, 2021

Desagregações Região Administrativa	Possui plano de saúde		Não possui plano de saúde	
	Número	%	Número	%
Plano Piloto	15.761	66,09	7.522	31,54
Gama	5.348	28,55	13.387	71,45
Taguatinga	10.525	37,92	17.233	62,08
Brazlândia	1.629	16,70	7.994	81,93
Sobradinho	3.931	36,01	6.901	63,22
Planaltina	4.385	13,80	27.210	85,66
Paranoá	-	-	11.912	95,05
Núcleo Bandeirante	926	28,46	2.328	71,54
Ceilândia	5.543	10,36	47.757	89,29
Guará	10.284	54,78	8.488	45,22
Cruzeiro	1.953	67,09	958	32,91
Samambaia	8.330	19,14	35.181	80,86
Santa Maria	3.226	15,09	18.151	84,91
São Sebastião	957	4,10	22.282	95,40
Recanto das Emas	2.467	11,04	19.671	88,06
Lago Sul	2.769	89,24	-	-
Riacho Fundo	1.418	21,68	5.018	76,70
Lago Norte	2.563	58,84	1.749	40,15
Candangolândia	621	26,86	1.692	73,14
Águas Claras	19.287	86,46	3.021	13,54
Riacho Fundo II	2.001	17,90	9.177	82,10
Sudoeste/Octogonal	6.114	89,82	669	9,82
Varjão	-	-	1.513	87,63
Park Way	1.939	71,95	739	27,44
SCIA/Estrutural	.231	2,92	7.586	95,91
Sobradinho II	1.314	10,25	11.509	89,75
Jardim Botânico	6.259	73,50	2.222	26,09
Itapoã	-	-	11.890	95,38
Vicente Pires	4.752	45,41	5.625	53,76
Fercal	274	13,56	1.744	86,13
Sol Nascente/Pôr do Sol	972	5,34	17.218	94,66
Amiqueira	2.320	31,69	5.000	68,31

Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2021

Elaboração: DIPOS/IPEDF Codeplan.

Nota: Os valores omitidos e representados por “-” não foram reportados, pois não eram estatisticamente representativos para a população.

Apêndice C - Tabela 3 - Número e proporção de crianças por localidade do último atendimento em serviço de saúde, por Região Administrativa. Distrito Federal, 2021

Desagregações Região Administrativa	Fora da RA		Na RA	
	Número	%	Número	%
Plano Piloto	4.493	18,84%	19.353	81,16%
Gama	7.959	42,48%	10.776	57,52%
Taguatinga	6.802	24,50%	20.956	75,50%
Brazlândia	2.088	21,39%	7.670	78,61%
Sobradinho	3.382	30,98%	7.535	69,02%
Planaltina	8.349	26,28%	23.418	73,72%
Paranoá	2.606	20,80%	9.926	79,20%
Núcleo Bandeirante	2.297	70,59%	957	29,41%
Ceilândia	13.497	25,23%	39.990	74,77%
Guará	8.714	46,42%	10.058	53,58%
Cruzeiro	2.031	69,75%	881	30,25%
Samambaia	19.005	43,68%	24.505	56,32%
Santa Maria	10.543	49,32%	10.834	50,68%
São Sebastião	8.481	36,31%	14.876	63,69%
Recanto das Emas	11.374	50,92%	10.965	49,08%
Lago Sul	2.070	66,73%	1.032	33,27%
Riacho Fundo	3.540	54,11%	3.002	45,89%
Lago Norte	3.436	78,87%	921	21,13%
Candangolândia	1.069	46,20%	1.245	53,80%
Águas Claras	14.228	63,78%	8.079	36,22%
Riacho Fundo II	5.150	46,07%	6.028	53,93%
Sudoeste/Octogonal	6.245	91,75%	-	-
Varjão	798	46,23%	928	53,77%
Park Way	2.431	90,24%	-	9,76%
SCIA/Estrutural	2.235	28,25%	5.675	71,75%
Sobradinho II	7.322	57,10%	5.501	42,90%
Jardim Botânico	7.389	86,76%	1.127	13,24%
Itapoã	6.616	53,07%	5.850	46,93%
Vicente Pires	6.242	59,66%	4.221	40,34%
Fercal	1.123	55,49%	901	44,51%
Sol Nascente/Pôr do Sol	18.034	99,14%	-	-
Amiqueira	6.688	91,36%	-	-

Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2021

Elaboração: DIPOS/IPEDF Codeplan.

Nota: Os valores omitidos e representados por “-” não foram reportados, pois não eram estatisticamente representativos para a população.

Apêndice D - Tabela 4 - Número e proporção de crianças que frequentam instituição de ensino formal (creche ou escola) por grupo etário e Região Administrativa. Distrito Federal, 2021

Desagregações	0 a 3 anos		4 e 5 anos		6 a 11 anos	
	Número	%	Número	%	Número	%
Plano Piloto	1.856	25,89	4.092	91,22	12.059	98,89
Gama	-	-	3.046	79,20	9.405	100,00
Taguatinga	-	-	3.378	77,80	13.565	96,92
Brazlândia	-	-	1.570	86,70	4.704	100,00
Sobradinho	-	-	1.464	84,57	5.574	98,61
Planaltina	1.822	17,11	4.558	83,30	15.248	97,46
Paranoá	-	-	1.959	71,09	5.889	98,21
Núcleo Bandeirante	-	-	-	-	1.607	98,07
Ceilândia	-	-	7.069	79,74	26.865	99,43
Guará	2.501	37,92	3.266	90,76	8.511	99,21
Cruzeiro	-	-	364	81,12	1.535	100,00
Samambaia	-	-	5.031	80,29	21.020	97,95
Santa Maria	-	-	2.754	81,29	10.006	96,55
São Sebastião	-	-	3.252	71,13	10.759	97,55
Recanto das Emas	1.595	21,26	2.876	75,39	11.021	100,00
Lago Sul	-	-	-	-	1.724	100,00
Riacho Fundo	-	-	604	63,21	2.677	91,86
Lago Norte	-	-	605	67,75	2.065	98,21
Candangolândia	-	-	-	-	1.122	96,28
Águas Claras	1.458	17,14	4.117	86,47	9.041	100,00
Riacho Fundo II	998	21,35	1.619	79,86	4.407	98,42
Sudoeste/Octogonal	-	-	1.149	93,68	3.543	100,00
Varjão	158	29,21	352	84,53	751	97,70
Park Way	-	-	426	60,17	1.211	100,00
SCIA/Estrutural	347	12,22	1.049	66,71	3.392	96,87
Sobradinho II	-	-	1.219	58,39	6.997	100,00
Jardim Botânico	798	26,70	1.145	87,67	4.223	100,00
Itapoã	-	-	1.450	66,16	5.744	96,88
Vicente Pires	-	-	1.736	74,73	4.677	96,39
Fercal	-	-	257	64,85	959	99,15
Sol Nascente/Pôr do Sol	-	-	2.417	64,07	7.327	93,86
Amiqueira	-	-	1.285	84,28	3.347	98,16

Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2021

Elaboração: DIPOS/IPEDF Codeplan.

Nota: Os valores omitidos e representados por "-" não foram reportados, pois não eram estatisticamente representativos para a população.

Apêndice E - Tabela 5 - Número e proporção de crianças que frequentam instituição de ensino formal (creche ou escola) por localidade onde frequentam e Região Administrativa. Distrito Federal, 2021

Desagregações Região Administrativa	Estuda fora da RA		Estuda na RA	
	Número	%	Número	%
Plano Piloto	4.493	5,09	19.353	94,91
Gama	7.959	-	10.776	95,14
Taguatinga	6.802	13,80	20.956	86,20
Brazlândia	2.088	-	7.670	96,70
Sobradinho	3.382	16,16	7.535	83,84
Planaltina	8.349	11,69	23.418	88,31
Paranoá	2.606	16,51	9.926	83,49
Núcleo Bandeirante	2.297	-	957	88,08
Ceilândia	13.497	-	39.990	95,31
Guará	8.714	16,16	10.058	83,84
Cruzeiro	2.031	35,56	881	64,44
Samambaia	19.005	15,41	24.505	84,59
Santa Maria	10.543	15,80	10.834	84,20
São Sebastião	8.481	14,47	14.876	85,53
Recanto das Emas	11.374	-	10.965	88,99
Lago Sul	2.070	49,33	1.032	50,67
Riacho Fundo	3.540	30,01	3.002	69,99
Lago Norte	3.436	44,48	921	55,52
Candangolândia	1.069	31,10	1.245	68,90
Águas Claras	14.228	21,59	8.079	78,41
Riacho Fundo II	5.150	35,96	6.028	64,04
Sudoeste/Octogonal	6.245	55,76	-	44,24
Varjão	798	53,14	928	46,86
Park Way	2.431	85,07	-	-
SCIA/Estrutural	2.235	19,66	5.675	80,34
Sobradinho II	7.322	41,47	5.501	58,53
Jardim Botânico	7.389	65,44	1.127	34,56
Itapoã	6.616	49,47	5.850	50,53
Vicente Pires	6.242	45,00	4.221	55,00
Fercal	1.123	27,23	901	72,77
Sol Nascente/Pôr do Sol	18.034	93,22	-	-
Amiqueira	6.688	64,16	-	35,84

Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2021

Elaboração: DIPOS/IPEDF Codeplan.

Nota: Os valores omitidos e representados por "-" não foram reportados, pois não eram estatisticamente representativos para a população.

Apêndice F - Tabela 6 - Distribuição das crianças que estavam estudando na modalidade EaD por formas de acesso à internet, segundo estrato socioeconômico (Critério Brasil). Distrito Federal, 2021

Desagregações	Acesso Celular/Tablet	Acesso Microcomputador
Critério Brasil	%	%
Classe A	-	84,34
Classe B1	-	-
Classe B2	-	58,27
Classe C1	53,00	47,00
Classe C2	72,56	-
Classe D-E	72,78	-

Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2021

Elaboração: DIPOS/IPEDF Codeplan.

Nota: Os valores omitidos e representados por "-" não foram reportados, pois não eram estatisticamente representativos para a população.

Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal - IPEDF Codeplan

Setor de Administração Municipal
SAM, Bloco H, Setores Complementares
Ed. IPEDF Codeplan
CEP: 70620-080 - Brasília-DF
Fone: (0xx61) 3342-2222
www.ipe.df.gov.br
ipe@ipe.df.gov.br

